

Acção Socialista

Nº 1235 - 12 Janeiro 2005

Director: Augusto Santos Silva Director-adjunto: Silvino Gomes da Silva
Internet: www.ps.pt/accao E-mail: accaosocialista@ps.pt



PS MOBILIZA O PAÍS



A realização, no Porto, dos dois primeiros fóruns "Novas Fronteiras" (o primeiro dedicado à Europa e o segundo à qualidade de vida e ao desenvolvimento sustentável) demonstrou a mobilização de amplos sectores da sociedade civil portuguesa em torno das propostas políticas do PS.

Enquanto a direita exhibe uma enorme desorientação e os restantes adversários do PS parecem obcecados com uma doentia demarcação, o nosso partido apresenta publicamente ideias,

discute-as, incentiva as cidadãs e os cidadãos a fazerem renascer uma nova esperança para Portugal.

No próximo fim-de-semana, em Lisboa, estarão em questão uma nova agenda para o crescimento económico e o emprego e a nova geração de políticas sociais. Depois, na Convenção Nacional de 22 de Janeiro será apresentado e debatido o programa eleitoral. É, pois, cada vez mais claro que o PS constitui o único referencial de estabilidade e esperança para o nosso país.

LEGISLATIVAS 2005

Poul Rasmussen, líder do Partido Socialista Europeu, exorta portugueses a darem maioria ao PS

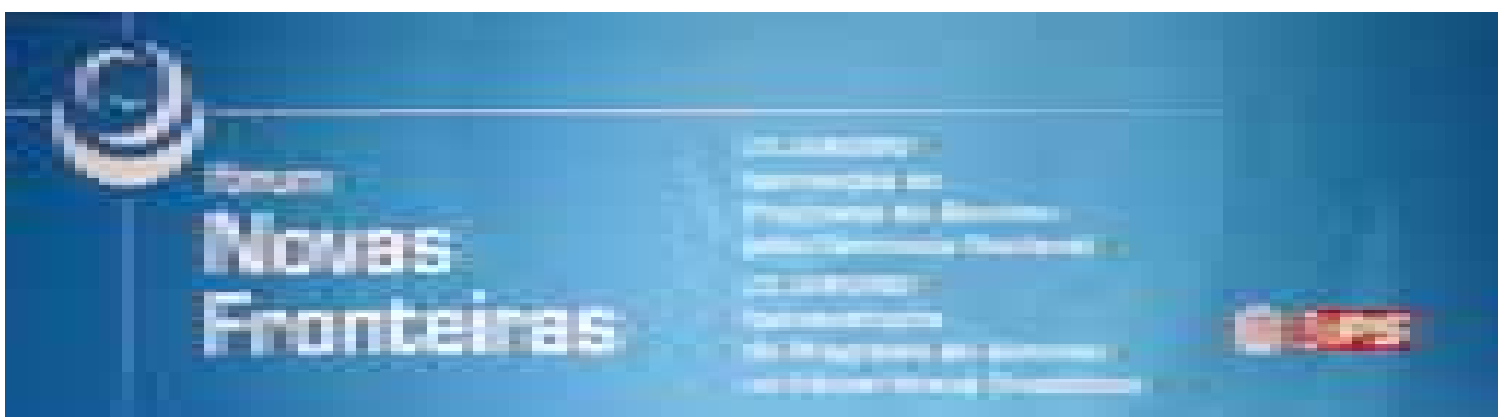
4 a 6

COMISSÃO NACIONAL

Listas de candidatos a deputados aprovadas em clima de grande unidade

7 e 8

SUPLEMENTO



DIZER A VERDADE FAZER RENASCER A ESPERANÇA

No sábado, 22 de Janeiro, será apresentado publicamente o programa eleitoral com que o Partido Socialista concorrerá às eleições legislativas antecipadas. A redacção está a ser ultimada, por uma equipa coordenada por António Vitorino, e várias dezenas de pessoas, militantes e simpatizantes do PS, têm dado contributos valiosos nas diferentes áreas temáticas e sectoriais. O programa será estruturado em cinco grandes eixos, que definem outras tantas prioridades políticas para a governação do PS: o crescimento económico e o emprego; as novas políticas sociais; a qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável; a afirmação de Portugal na Europa e no mundo; a cidadania, a segurança e a qualidade da democracia.

Esta é uma agenda política moderna, orientada para os problemas e os desafios do nosso tempo, que propõe soluções de esquerda, realistas e exequíveis. Uma agenda fundada na preocupação de falar verdade e semear de novo a esperança: convida os portugueses a voltarem a acreditar em si próprios e no seu futuro e pretende mobilizá-los com uma linha de rumo clara.

Mais do que qualquer estratégia de discurso e comunicação, falar verdade é, hoje, uma obrigação moral. Durante três anos, fomos bombardeados pela propaganda da direita: o país estaria de tanga, as contas públicas caóticas, tudo tinha de parar para que as finanças voltassem ao equilíbrio. Triste diagnóstico, estúpido remédio: piorando a recessão da economia, cortando cegamente no investimento público, sacrificando os sectores da qualificação e do desenvolvimento, o governo de Durão Barroso agravou, repito, agravou os problemas orçamentais e financeiros. Os números não enganam: comparando o que é comparável, o défice orçamental corrigido de receitas extraordinárias foi de 4,4% do PIB em 2001, 4,1% em 2002, 5,4% em 2003 e 5,2% em 2004. Subiu, portanto. A despesa corrente sem juros representou 37% do PIB em 2001, 38% em 2002, 40% em 2003 e 41% em 2004. Também subiu! A dívida pública significava

56% do PIB em 2001, 58% em 2002, 60% em 2003 e estima-se que chegue aos 62% em 2004. Também subiu!

São valores da Comissão Europeia, que mostram à evidência a irresponsabilidade e a incompetência da política da coligação de direita. Santana Lopes apenas acrescentou a este triste legado uma nota final de despautério e descontrolo absoluto.

Conclusão: os problemas são hoje maiores, mais graves, mais urgentes do que eram em 2002. O próximo governo terá que pôr em prática uma verdadeira política de rigor financeiro e austeridade orçamental. Não parando a economia, mas pelo contrário: fazendo crescer a economia. Só com crescimento poderemos melhorar os nossos níveis de qualificação, coesão e competitividade, ao mesmo tempo que consolidamos as contas públicas.

Este é o ponto decisivo de uma política progressista e modernizadora. Nós não colocamos, de um lado, o défice e, do outro, a economia e o emprego. O défice só se resolve com mais e melhor economia.

Por isso é que dizer a verdade é a melhor forma de fazer renascer a esperança. Os partidos políticos e o PS, em particular, são portadores de ideias e esperança. O país não está condenado nem à recessão nem ao subdesenvolvimento. O país tem recursos, tem vontades, tem condições e oportunidades para levar a cargo uma estratégia vencedora. Tem é de se libertar de uma clique política irresponsável, que não merece estar à frente do seu destino.

Eis o que estará em causa no próximo dia 20 de Fevereiro. E, por isso, a campanha do PS, devendo ser rigorosa e austera, nem arrogante nem triunfalista, que os votos contam-se no fim e por um voto se ganha, por um voto se perde, tem de ser, contudo, uma campanha mobilizadora, alegre, esperançosa, positiva. Capaz de abrir um novo horizonte a Portugal.



AUGUSTO SANTOS SILVA

Augusto Santos Silva

CONTRA VENTOS, MARÉS, Mergulhos-Bem-Bom E FALCON A 83240 EUROS

ANTOONIO COLAÇO

-SOCORRO,SOCORRO, SALVA-ME PEDRO!NÃO ME DEIXEM FICAR AQUI A Mergulhar sozinho!ERA SÓ UM **MEIO Mergulhozinho!** ESTOU A AFOGAR-ME E **COM FEBRE**, PEDRO! SOCORRO!

-ALÔ, PORTAS?! ANDAS A DORMIR?! MANDA-ME JÁ REGRESSAR O MALVADO FALCON! ESTÃO TODOS CONTRA MIM E EU CONTRA AS MARÉS,OS VENTOS E AGORA OS Mergulhos NO BOM-BOM, OS FALCONS! **"SAFA !!!"** O QUÊ, O OUTRO NÃO PERMITE QUE UTILIZE O **"SAFA"?!?**

-PEDRO, SOU O PORTAS! ENTÃO O FALCON REGRESSA SEM O MORAIS?! ONDE ESTÁ A TUA SOLIDARIEDADE?! AINDA SOMOS UM GOVERNO Mergulhado EM GESTÃO!



Caro(a) Camarada,

As eleições do próximo dia 20 de Fevereiro são muito importantes para o futuro de Portugal. Nestas eleições, os portugueses sabem que só o Partido Socialista pode constituir uma alternativa de esperança e têm, por isso, os olhos postos no PS.

Só o PS pode dar a Portugal um Governo sério e competente, credível e que inspire confiança. Só o PS está em condições de promover em Portugal uma mudança política, capaz de restaurar a esperança e de dar ao País uma nova ambição e um novo rumo, orientado para o crescimento económico, a promoção do emprego, a redução das desigualdades e a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

O País quer confiar no PS e o PS não faltará á chamada. Conto com o empenhamento e a dedicação de todos os militantes do Partido Socialista, que se apresenta unido e mobilizado neste momento decisivo.

Façamos uma campanha pela positiva, que contribua para a elevação do debate político e que se centre na divulgação das propostas políticas do PS para o futuro de Portugal. Vamos combater o desalento e a tentação da abstenção. É preciso que os portugueses compreendam que é o seu futuro que está em jogo e que o voto de cada um conta para dar a Portugal um Governo estável, para quatro anos, como só o PS pode assegurar.

É para esta tarefa que convoco todos os militantes e simpatizantes do PS. Vamos dizer aos portugueses que é altura de voltar a acreditar em Portugal!

Um abraço amigo,

José Sócrates



SÓCRATES DEFENDE

INCENTIVOS ÀS EMPRESAS QUE APOSTEM NA INOVAÇÃO

A aposta do PS no Plano Tecnológico para Portugal esteve em evidência no encontro que o secretário-geral do PS levou a cabo no passado dia 11 de Janeiro com quadros de empresas de tecnologia de informação como a Novabase, Oracle, Microsoft, IBM, SAP ou Cisco, no Centro Cultural de Belém em Lisboa. À entrada para a reunião, José Sócrates voltou a garantir que no caso de ser eleito primeiro-ministro, haverá mais incentivos ao investimento nesses domínios. Sem adiantar pormenores visto que o Programa de Governo do PS ainda está a ser elaborado, o líder socialista deixou no entanto a promessa de concretizar “um quadro de incentivos completamente definidos e em pormenor”. Explicitando um pouco mais o seu pensamento sobre a matéria declarou: “Vai haver incentivos que convidem as empresas a apostar nestes domínios, em particular pequenas e médias empresas portuguesas e aquelas

que se dirijam à exportação, que competem no mercado global”. Em alternativa à estrutura tradicional da nossa economia, José Sócrates defende para Portugal um modelo que passa por “um esforço de modernização tecnológica, de informatização e de incentivo à inovação, ao espírito de risco”. Instando pelos jornalistas a pronunciarem-se sobre eventuais alterações ao Código do Trabalho, Sócrates afirmou que o vai melhorar e não revogá-lo como defende o PCP. “Não devemos deitar fora tudo aquilo que foi feito apenas por objecções ideológicas. O que vamos fazer é melhorar o pacote laboral com base nas propostas que o PS apresentou”, afirmou o líder socialista. “Não é assim que se faz. Vamos melhorar os aspectos que sempre criticámos”, acrescentou. Por outro lado, quanto aos hospitais SA criados pela coligação de direita, Sócrates disse que no projecto do PS, essas unidades de saúde “em vez de

serem empresas SA sejam empresas públicas”. Segundo o líder socialista, é necessário “que continue a haver hospitais públicos com gestão própria de uma empresa, mas uma empresa pública. Trata-se de uma mudança, mas que em nada muda a capacidade e a flexibilidade para uma melhor gestão. O secretário-geral do PS afirmou ainda, quanto aos referendos sobre o aborto e sobre o Tratado de Constituição da União Europeia, que não coloca “um à frente do outro”, em termos de prioridade. “Há vários referendos e várias eleições e portanto temos que estudar um calendário”, declarou José Sócrates, sem apontar qualquer data para essas consultas populares. Confrontado com críticas do PSD de que tem medo de enfrentar em debate o primeiro-ministro demissionário, Pedro Santana Lopes, José Sócrates recusou a ideia, afirmando: “Por amor de Deus, era só o que faltava”.

RECUPERAR 150 MIL EMPREGOS NUMA LEGISLATURA

O secretário-geral do PS, José Sócrates, prometeu recuperar no período de uma legislatura os 150 mil empregos “perdidos” nos últimos três anos pelos governos PSD/CDS-PP que acusou de “indiferença social em relação ao drama do desemprego”.

“Raramente se viu um Governo perder em tão pouco tempo tantos empregos. É chocante, porque nesse período não houve da parte dos governos do PSD/PP qualquer resposta, o que demonstra uma enorme insensibilidade”, afirmou.

Falando no dia 11 no âmbito de uma jornada dedicada ao emprego, que o levou a visitar o Centro de Emprego das Picoas e o centro de formação Citeforma, em Lisboa, Sócrates reiterou que se o PS formar Governo as prioridades passarão pela promoção do crescimento económico, aliado a uma aposta na qualificação e nas políticas do conhecimento.

“Um dos números mais terríveis de Portugal é o facto de apenas ter no sector privado cerca de 750 mil pessoas com habilitações superiores ao 12º ano de escolaridade”, sublinhou, acrescentando “não haver receitas milagrosas” para os problemas económicos e financeiros do país.

“Não vou prometer o paraíso. Apenas digo que é possível fazer melhor do que o que foi feito nos últimos três anos e recuperar os 150 mil postos de trabalho perdidos nesse mesmo período”, disse.

FÓRUM NOVAS FRONTEIRAS

"UM BOM GOVERNO NÃO DISP

Portugal enfrenta vastos e complexos desafios neste particular momento histórico que vivemos. O Programa de Governo que o PS está a preparar para apresentar a sufrágio contempla um conjunto de soluções que têm vindo a ser trabalhadas no âmbito do fórum "Novas Fronteiras". Nesse sentido, as abordagens do passado fim-de-semana sobre a qualidade de vida no nosso país e o papel de Portugal na Europa e no Mundo constituíram contributos de independentes e militantes para novas políticas a implementar por um futuro Executivo do PS. Das reuniões do Porto saiu claro que os socialistas farão da qualidade de vida uma prioridade e prosseguirão o rumo europeu.

Caso o PS vença as próximas eleições, José Sócrates compromete-se a pôr cobro à estratégia de desvalorização das políticas ambientais que tem vindo a ser seguida pela direita, impulsionando estes "instrumentos fundamentais para a promoção da qualidade de vida e do desenvolvimento sustentável no nosso país".

O secretário-geral socialista falava, no passado dia 9, na abertura do segundo fórum temático das Novas Fronteiras dedicado aos *dossiers* associados à qualidade de vida: ambiente, urbanismo e defesa do consumidor.

Perante largas dezenas de militantes e independentes que se juntaram no edifício da Alfândega do Porto, Sócrates garantiu ter sido e querer continuar a ser "um governante amigo do ambiente", prometendo lutar para que Portugal se integre no conjunto de países europeus que registam os melhores indicadores nesta área.

Honrar os compromissos internacionais a que o país está obrigado, em particular nos domínios dos recursos hídricos, da energia e do tratamento de lixos, é a primeira das metas apontadas pelo líder socialista, que criticou severamente o Executivo de coligação pela total "incapacidade que demonstrou ao não ter procedido à urgente aprovação da lei da água".

Este, disse, será um dos primeiros passos a dar por um futuro Governo do PS, visando tirar Portugal da "situação desconfortável" de incumprimento da directiva-quadro da água que foi criada pela coligação PSD/PP.

Quanto ao sector energético, Sócrates manifestou a ambição de implementar um programa de energias renováveis eficaz.

"Propomo-nos passar do objectivo fixado de 3.750 mega watts de produção nacional de energia eólica para o número mais elevado de 4.500 mega watts",

anunciou, sublinhando que esta aposta nos recursos alternativos renováveis "implicará um investimento de muitos milhões de euros e reafirmará a estratégia ambientalista de que Portugal precisa". Já no que diz respeito às políticas para as cidades, o secretário-geral reiterou a sua firme intenção de passar da formulação de programas e planos para a fase da execução, priorizando uma nova ideia de urbanismo capaz de atrair investimentos.

"É nas cidades que se joga o futuro do desenvolvimento do nosso país", declarou, acrescentando ser um imperativo dos tempos modernos a aposta nestes "espaços absolutamente decisivos para a afirmação do nosso crescimento".

Neste sentido, mostrou-se determinado em definir "uma solução política que liberte o financiamento das câmaras municipais das receitas de construção". Segundo Sócrates, libertar as autarquias da "pressão da construção" é "essencial" para se conseguir "um melhor urbanismo", que deverá ser implementado através duma estreita articulação entre poder central e poder local.

"Se queremos ter cidades mais bonitas e melhor planeamento urbano, devemos libertar as câmaras dessa pressão, porque muito do que há a fazer deve ser no sentido de reconstruir mais do que construir de novo", afirmou, sublinhando que se trata de uma mudança "absolutamente estrutural" que irá ter expressão no programa eleitoral do PS.

Sobre o terceiro elemento-chave da melhoria da qualidade de vida em Portugal — a defesa do consumidor —, o líder do PS classificou como "absolutamente indecoroso o folhetim" da Agência de Segurança Alimentar.

"Durante os últimos três anos andaram à procura do melhor modelo orgânico para



a sua formação e não descobrimos melhor do que lhe dar apenas competência quanto à elaboração de sínteses de relatórios europeus, sem nenhuma capacidade para fazer o que é necessário fazer no domínio da segurança alimentar: a fiscalização", criticou.

Para José Sócrates, "uma agência de segurança alimentar sem competência na fiscalização não serve para nada", pelo que defendeu ser essencial criar as condições formais para que esta entidade controle e fiscalize os mercados, por forma a garantir o cumprimento das regras de higiene e segurança, proporcionando assim tranquilidade aos consumidores.

Ainda no âmbito do fórum sobre qualidade de vida, o independente que encabeça a lista do PS pelo Porto, Luís Braga da Cruz, debruçou-se sobre a temática da "Descentralização e Ordenamento do Território", defendendo a retoma do projecto de regionalização, por considerar ser este o caminho para alcançar "o correcto sentido da descentralização política".

"Portugal precisa do regresso do debate a favor de muito maior descentralização política e devemos não esquecer o preceito constitucional da criação das regiões administrativas políticas", sublinhou Braga da Cruz, para quem "um bom corpo de políticas de desenvolvimento do território é importantíssimo para a promoção cultural e para a melhoria da qualidade de vida dos portugueses". O cabeça de lista pelo PS pelo Porto

manifestou-se igualmente favorável à agilização das áreas metropolitanas e à operacionalização fiscalizada de planos sectoriais, regionais e locais.

Alargar tutela do Ambiente a transportes, habitação e florestas

Durante os painéis onde se debateram a valorização das cidades e o equilíbrio entre desenvolvimento e ambiente, dois professores universitários independentes apresentaram propostas diferentes de alargamento do Ministério do Ambiente a áreas como os transportes, habitação e florestas.

Paulo Pinho, da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, defendeu um "ministério de banda larga" dedicado ao desenvolvimento sustentável, juntando o ambiente, ordenamento do território e defesa do consumidor a áreas como os transportes, energia, habitação e urbanismo.

Para Paulo Pinho, um Ministério do Desenvolvimento Sustentável como os que já existem na Suécia e em França (aqui com um nome diferente) tornaria mais eficiente e produtiva a acção política nestas áreas, nomeadamente na valorização da componente social e na expansão do transporte público.

O biólogo e professor da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, Humberto Rosa, manifestou-se contra um ministério tão abrangente, alertando para o seu "risco de esvaziamento" por excesso de competências. O académico e candidato a deputado

nas listas portuguesas do PS defendeu uma tutela centrada nas questões ambientais e do ordenamento do território, sem a área da Administração Local, mas com a tutela das florestas, através de uma "aproximação" ao Ministério da Agricultura.

Já Jorge Morgado, secretário-geral da Deco (Associação de Defesa do Consumidor), propôs que fosse retirada também ao Ministério da Agricultura a tutela do controlo e fiscalização da segurança alimentar porque, segundo o seu ponto de vista, a inexistência dum sistema de controlo e fiscalização eficaz no país torna possível que os portugueses continuem a consumir "produtos de segunda escolha do mercado internacional".

Morgado deixou também um apelo à "intervenção" do próximo Governo junto da publicidade que estimula o sobre-emprego e o consumo do "tridente perigoso sal/açúcar/gordura", causador da obesidade, defendendo igualmente um combate aos oligopólios, nomeadamente do sector dos combustíveis.

Por seu turno, o professor da Faculdade de Engenharia do Porto e ex-secretário de Estado da Energia, Oliveira Fernandes, afirmou-se favorável a medidas que promovam a eficiência energética e as energias renováveis.

Após sublinhar que a Áustria tem muito menos Sol do que Portugal, mas muito mais painéis solares para aquecimento de água, Oliveira Fernandes chamou a atenção para a nossa excessiva dependência da energia estrangeira, responsabilizando as cidades pelas

ENSA CORAGEM"

"disfunções energéticas" que se verificam actualmente no nosso país. O arquitecto Manuel Salgado centrou a sua intervenção na necessidade de definir novas formas de organização, mobilidade e gestão das áreas urbanas que assentem sempre no pilar da sustentabilidade.

Políticas para as cidades de hoje, disse, "passam necessariamente por uma atitude pro-activa da administração central", que, frisou, "não deve andar mais a reboque da iniciativa privada, preocupando-se mais directamente com a qualidade dos Planos de Pormenor, a modernização dos centros históricos, a recuperação das periferias urbanas e a criação de uma paisagem duradoura e integrada.

Para a geógrafa Margarida Pereira, "é fundamental monitorizar a execução dos planos" e, periodicamente, divulgar os indicadores da gestão urbana de modo a promover uma avaliação responsável por parte da sociedade civil.

"É preciso simplificar e agilizar procedimentos, apostar na parceria público/privado, formar para a cidadania e premiar o mérito com discriminação positiva", considerou.

Por seu turno, o docente universitário Rui Azevedo avançou com três grandes áreas para reflexão: regulação das assimetrias regionais com vista à coesão territorial, adopção dum "modelo de gestão territorial policêntrico" com vários focos de desenvolvimento e reforma da Administração através da implementação concertada dos processos de regionalização e descentralização.

Falando essencialmente sobre políticas

agrícolas, a paisagista Teresa Andersen sublinhou a urgência de recriar uma lei de financiamento local que apoie uma gestão mais criteriosa e racional dos nossos recursos naturais, entre os quais destacou a água, os solos e a diversidade da paisagem.

Uma Política Agrícola Nacional que priorize a agricultura sustentada e que ajude a superar os problemas decorrentes das limitações impostas pelas directivas comunitária foi outra das linhas de força da intervenção desta académica da FAUP, para quem "a paisagem é um elemento decisivo na formação da identidade territorial e nacional", pelo que deve ter-se em linha de conta na estratégia ambiental a implementar na próxima legislatura.

Quanto às novas metas para uma política de resíduos, a especialista Dulce Pássaro destacou os desafios que se colocam de imediato ao futuro Governo de Portugal sublinhando, entre eles, a implementação de tarifários para a geração de lixos urbanos (aplicação do princípio do utilizador-pagador), a aplicação da directiva "Embalagem" relativa à reciclagem, a intensificação da sensibilização das populações, a qualificação do tratamento de lixos, a agilização do seu escoamento e a autonomização do país no que diz respeito à gestão dos resíduos perigosos. Já a propósito das metas a atingir por uma política da água, o ex-presidente da Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos, António Bento Franco, voltou a referir a necessidade de transpor para o ordenamento jurídico interno a directiva

comunitária correspondente e a consequente aprovação da lei da água. Bento Franco descreveu como crucial o apetrechamento técnico-científico e a experiência no exercício da tutela dos recursos hídricos, a definição de estratégias de investimento no sector, bem como dos papéis dos agentes do sector – nomeadamente o modo como os privados poderão participar na economia da água –, a construção de empreendimentos de aproveitamento hidroeléctrico e a implementação de uma política de saneamento.

Na síntese conclusiva do debate do segundo dia de trabalhos do Fórum Novas Fronteiras, o investigador universitário João Ferrão afirmou que o programa de Governo do PS "acolhe no essencial as exigências actuais de qualidade de vida, ao colocar as políticas de ambiente, cidades e ordenamento do território no seio do modelo de desenvolvimento".

Para João Ferrão, "o desenvolvimento regional é constitutivo do desenvolvimento nacional", facto pelo qual sublinhou a importância de políticas públicas através das quais o Estado possa "definir um referencial estratégico para enquadrar a acção das pessoas e das entidades nestas problemáticas".

As políticas públicas, disse, "precisam de ser conduzidas pelo valor da igualdade e, ao mesmo tempo pelo princípio da diferenciação", defendendo uma discriminação positiva por mérito e uma visão de gestão mais eficiente que retome a ideia de autoridade enquanto coordenação intersectorial.

Na Europa: enfrentar os novos desafios com alma

A discussão no primeiro dia de debate das "Novas Fronteiras" centrou-se nas questões associadas à integração de Portugal na Europa e no Mundo, com o líder do PS a asseverar que "o país não dispensa um bom Governo e este não dispensa coragem".

Citando Fernando Pessoa, Sócrates garantiu encarar os grandes desafios com firmeza: "Não temo o que virá porque não é maior do que a minha alma".

A abrir um conjunto de cinco intervenções, num debate moderado por António Vitorino, o secretário-geral desafiou os partidos que formam a actual maioria, caso voltem à oposição como apontam as sondagens, a não hesitarem na aprovação da Constituição europeia.

"Na oposição estivemos sempre a favor da Constituição europeia e, se formos Governo, estaremos sempre a favor. Esperemos que aqueles que estiveram no Governo respeitem a sua palavra e, se passarem à oposição, aprovelem o que negociaram enquanto estiveram no Governo", afirmou, esclarecendo também que o PS vai promover uma revisão constitucional de forma a permitir que a ratificação do Tratado da Constituição Europeia seja referendada pelos portugueses.

"Concorda ou não concorda com o tratado que institui a Constituição Europeia" é, segundo José Sócrates, a pergunta simples e clara que o partido pretende fazer no referendo, contando, para tal, com a viabilização, "sem

sobressaltos", da necessária alteração da Lei Fundamental.

O líder do PS voltou a defender a revisão do Pacto de Estabilidade e Crescimento que obriga os países da zona euro a respeitarem um défice orçamental abaixo dos três por cento, ressaltando discordar de alterações que sigam numa "linha de laxismo em vez de rigor".

Determinado em manter-se fiel à matriz europeísta do PS, o líder socialista defendeu ser "na Europa que Portugal defende os seus interesses e no projecto europeu que o nosso país poderá fazer valer com mais certeza os seus pontos de vista".

"A Constituição Europeia honra uma paradigma de mundo em movimento", disse, considerando um momento "delicado" para o futuro da de Portugal os desafios que se colocam na agenda da União sobre a Estratégia de Lisboa, a revisão do PEC e as perspectivas para o quadro comunitário de apoio 2007-2013. Afirmando-se apostado no equilíbrio entre protecção social e crescimento económico, o líder do PS reafirmou a aposta na Europa como prioridade da política externa de um futuro Governo PS, sem negligenciar, contudo, "as nossas ligações e compromissos com África e com os Estados Unidos da América".

A UE precisa de um Portugal socialista

Convidado de honra para esta sessão, Poul Rasmussen, presidente do Partido Socialista Europeu (PSE), começou por

>>>



TRÊS PERGUNTAS A JOÃO FERRÃO

Portugal precisa de uma política ambiental que promova a qualidade de vida mas não descuide os imperativos conjunturais associados aos lixos industriais perigosos. Nesse sentido, a co-incineração é absolutamente necessária como solução transitória.

O membro do conselho coordenador do Fórum Novas Fronteiras, João Ferrão, pede mais poder para as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR's) e sugere a constituição de uma entidade coordenadora de políticas sectoriais.

Em conversa com o "Acção Socialista", João Ferrão explica estes três pontos de vista avançados no final de um debate sobre qualidade de vida enquanto ambição de futuro para Portugal que decorreu, no Porto, no âmbito do fórum "Novas Fronteiras".

Como é possível conjugar uma medida como a co-incineração com o desígnio de qualidade de vida das populações?

A co-incineração é um instrumento de qualidade de vida na medida em que resolve um problema que não é resolúvel de outra forma. Esta não é uma solução a manter no futuro, mas é uma resposta a dar à necessidade de tratamento dos resíduos industriais perigosos. É preciso compreender que não há uma solução melhor para este problema que resta e que se prende com uma pequena fracção dos

lixos que produzimos.

Por isso, a co-incineração é a solução menos má e transitória mas absolutamente necessária.

O que é que espera que se concretize, relativamente às CCDR's, no Programa de Governo do PS?

Em primeiro lugar, espero que as CCDR's possam desempenhar bem as suas funções através de uma capacidade efectiva de intervir na formulação de políticas nacionais, por forma a garantir uma articulação destas com a



diferenciação regional.

Em segundo lugar, as Comissões tem de ter uma real capacidade de articular as várias políticas sectoriais com impacto

na região. Isto significa que o actual desenho institucional não é favorável, porque neste momento as CCDR's têm uma dupla tutela o que torna a sua

actuação muito mais complicada. Assim, é preciso alargar as competências das Comissões do ponto de vista da articulação real das políticas.

Pedi ao Partido Socialista um sinal de aposta na qualidade de vida no âmbito da sua orgânica. Qual é a nova entidade ou o novo ministério que quer ver criado?

Eu não quero um novo ministério. Quero uma solução eficaz que crie condições ideais para a coordenação eficiente das políticas dos vários sectores governativos. Como se sabe, um ministério nunca pode coordenar políticas dos outros e, portanto, havendo, como penso que deverá haver, um ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, nenhuma destas instâncias não poderá coordenar políticas sob a alçada de outras tutelas. Penso que para concretizar uma boa coordenação de políticas tem de ser criada uma estrutura não executiva que tenha essa missão exclusiva atendendo às políticas complementares na área do território, na área social e, por fim, na área económica.

Por isso, sou muito favorável à existência de ministros-adjuntos do primeiro-ministro, não executivos, que tenham como missão a coordenação eficiente e eficaz das políticas dos ministérios. **M.R.**

>>>

exortar os portugueses a darem vitória eleitoral para o PS, no próximo dia 20 de Fevereiro.

Por outro lado, Rasmussen responsabilizou os governos do PSD/CDS-PP pela má situação económica em que Portugal se encontra, afirmando que o país "precisa de uma nova esperança".

"Apesar dos sacrifícios que os portugueses tiveram de fazer, o défice final em 2004 será de 3,3 por cento [acima do limite máximo de três por cento]. Este país precisa de confiança e penso que, com uma nova liderança, pode recuperá-la", disse.

Assim, a segurança do Estado Social europeu, segundo Rasmussen, dependerá, pela parte de Portugal, de uma "nova liderança" que não olhe apenas pelo crescimento na competitividade, mas também implemente políticas de apoio aos mais desfavorecidos.

Defendendo uma conjugação de esforços no âmbito europeu para estabelecer novas relações com o Mundo, o ex-primeiro-ministro da Dinamarca considerou ser chegada a altura de estreitar as ligações com o Médio Oriente, a Rússia e apoiar um bloco latino-americanos homólogo à União, decretando assim o fim do unilateralismo imposto pelos EUA.

Por sua vez, o independente Alberto Castro defendeu a descentralização das decisões políticas, a transferência da área da Inovação do Ministério da Ciência e Ensino Superior para o da Economia e uma nova classe empresarial mais qualificada.

Reconhecendo que Portugal enfrenta uma quebra significativa na sua produtividade, o director da Faculdade



de Economia da Universidade Católica do Porto aconselhou o futuro Governo do PS a enveredar pelos caminhos da inovação, educação, agilização dos procedimentos administrativos, abertura dos mercados em estreita parceria comercial com a Espanha.

A este propósito, o eurodeputado António Costa explicou que "a descentralização não é uma questão do país contra Lisboa", salientando que os residentes na capital estão a ser "altamente penalizados" pelo excesso

de centralização política.

O presidente da delegação socialista no Parlamento Europeu disse que a agenda europeia será "muito exigente" para o próximo executivo nacional, apontando para as duas prioridades a ter em linha de conta: A ratificação do Tratado constitucional a nível interno e a Concretização da Estratégia de Lisboa a nível externo/comunitário.

Costa denunciou o que chamou de "tentativa de desvirtuação da Agenda de Lisboa por um Governo que apenas

se interessa em saber, neste âmbito, "como podemos ser mais competitivos até 2010".

Propondo a qualidade de vida como condição fundamental também para uma maior capacidade competitiva dos Estados-membros, o eurodeputado socialista afirmou ser preciso conhecer os factores de sucesso das empresas e as reais potencialidades competitivas da Europa no contexto mundial.

"Importa definir claramente as necessidades de cada país da União e

aplicar a estratégia de Lisboa da forma mais adequada, nacionalizando-a, sem esquecer um necessário reforço dos instrumentos comunitários de coordenação de políticas comuns.

A promoção de um padrão europeu de despesa pública visando a qualidade da mesma foi outra das apostas defendidas por António Costa, para quem é essencial, neste sentido, implementar mecanismos selectivos partilhados.

Na fase final do debate de sábado, coube ao dirigente socialista Jaime Gama apresentar a síntese das ideias expostas pelos oradores, em que se evidenciou um consenso em torno da necessidade de fazer passar as respostas aos problemas de Portugal por uma matriz de soluções europeias.

"Queremos uma agenda internacional que defina uma sociedade internacional com regras e valores, onde se respeite o primado do Direito Internacional e do respeito pelas instituições", resumiu. A reivindicação da Europa enquanto "grande actor no palco global" nas questões políticas, económicas, de segurança e ambiente foi outra das premissas retomadas pelo deputado socialista, para quem o conhecido défice de capacitação nacional tem de ser superado com inovação, qualificação e recursos humanos e avaliação regular.

"O PS está em condições de ser um agente político de mudança para o país, apostando na articulação criteriosa entre coerência social e modernização económica como bases para o crescimento e o desenvolvimento sustentável", rematou Jaime Gama, para quem essas são as novas fronteiras do Portugal do futuro.

MARY RODRIGUES

COMISSÃO POLÍTICA APROVA LISTAS DE DEPUTADOS

ENTREVISTAS

SOARES, CAPOULAS E ASCENSO ACREDITAM NA MAIORIA ABSOLUTA DO PS



A Comissão Política do PS aprovou na passada quarta-feira as listas de candidatos a deputados, em clima de grande unidade: das 22 listas apresentadas pela direcção nacional, 12 foram sufragadas por unanimidade. "Pela primeira vez na história do PS, este processo foi aprovado em cerca de três horas e só em casos pontuais se

registaram votos contra", declarou aos jornalistas, no final da reunião, o coordenador do processo de elaboração das listas, Capoulas Santos, que também chamou a atenção para a grande renovação das listas socialistas. Em termos de cabeças de lista, essa renovação é "na ordem dos 73 por cento, e no que respeita a novos

candidatos situa-se nos 68 por cento", disse. Capoulas Santos sublinhou ainda o facto "histórico" do próximo Grupo Parlamentar do PS passar a integrar "um terço de mulheres" na sua futura composição. Ver composição integral das listas na página 8 do "Acção Socialista".

PS INICIA CAMPANHA ELEITORAL



Poucas horas depois de terem sido aprovadas as listas de candidatos a deputados à Assembleia da República, teve lugar a primeira reunião de trabalho dos cabeças de lista. Sobre esta sessão, José Sócrates afirmou que a mesma serviu para "trocar impressões" acerca da estratégia do partido e "para tirar a foto de família, que marca o início da campanha eleitoral".

O "momento de unidade interna" do partido também foi salientado pelo líder socialista, assim como a "disponibilidade de todos os dirigentes do PS para participar nesta batalha política". "Pela primeira vez, a Comissão Política aprovou em duas horas as listas eleitorais, com poucos votos contra em casos pontuais. A maioria das listas foi aprovada por unanimidade, o que revela

o momento de unidade interna que se vive no partido", sublinhou. Nesta reunião, que decorreu no Centro Cultural de Belém, participaram também o presidente do PS, Almeida Santos, o mandatário do fórum "Novas Fronteiras", Gomes Canotilho, e os coordenadores operacional e de estratégia da campanha, Jorge Coelho e Pedro Silva Pereira, respectivamente.

A convicção de que o PS tem todas as condições para obter uma maioria absoluta nas legislativas de Fevereiro é o traço comum das opiniões de Mário Soares, Capoulas Santos e Ascenso Simões expressas em recentes entrevistas aos jornais "El País", "A Capital" e "O Independente".

Condição que consideram fundamental para assegurar um quadro de estabilidade e governabilidade que permita a um Governo socialista implementar as políticas necessárias para recolocar Portugal na senda do desenvolvimento económico e social.

Em entrevista ao diário espanhol "El País", Mário Soares diz "acreditar" que José Sócrates está preparado para ser primeiro-ministro "Até agora não teve tempo para mostrar o que vale, mas parece-me ser um homem responsável e com o sentido patriótico que precisamos", sublinha.

O fundador do PS defende que o Executivo que sair das próximas eleições antecipadas, "dada a situação do país", terá que ser "um Governo que se veja a si próprio como de salvação nacional".

Isso significa, adiantou, "que o PS não se poderá esquecer do diálogo social com os sindicatos, os trabalhadores, as associações patronais e todos os eleitores insatisfeitos com a direita e que aceitam votar na esquerda".

Defendendo que Jorge Sampaio devia ter convocado eleições logo em Julho quando Durão Barroso abandonou o cargo de primeiro-ministro para ir para Presidente da Comissão Europeia, Mário Soares considera que o Presidente da República deveria ter recusado empossar um Governo liderado por alguém como Santana Lopes.

"Ninguém ignora em Portugal a personalidade errática de Santana Lopes. Politicamente revelou não ter consistência. O seu Executivo foi uma equipa à deriva, sem direcção, sem coesão. Não tinha projecto", afirmou. O antigo Presidente da República lembrou ainda que foi o discurso de a "tanga" de Durão Barroso que fez o país mergulhar numa "crise económica e social grave", deixando a Santana uma "tarefa muito complicada", que este não tinha "competência, nem capacidade para resolver".

Na entrevista, Mário Soares considerou ainda que os últimos três anos "têm sido um retrocesso" durante os quais o país se afastou da média europeia e da convergência financeira com a Europa, o que "é urgente alterar".

Governo esqueceu as pessoas

Já o eurodeputado Capoulas Santos, em entrevista ao jornal "A Capital", volta a recusar liminarmente eventuais coligações pós-eleitorais com outros partidos de esquerda, que considera um "erro estratégico", e tece ainda fortes críticas ao PCP, acusando os seus dirigentes de recorrer a alianças objectivas com o PSD, por exemplo, no distrito de Évora.

Na linha daquilo que tem vindo a ser defendido pelo partido, o eurodeputado socialista criticou severamente a obsessão dos governos da direita em torno do défice, em nome da qual "foram exigidos e impostos todos os sacrifícios aos portugueses e os resultados estão à vista".

Segundo Capoulas Santos, "o Governo esqueceu as pessoas e refugiou-se em meros critérios contabilísticos. Não foi resolvido o problema da contabilidade, e ao mesmo tempo foram impostos pesadíssimos sacrifícios às pessoas. Isso está bem atestado naquele indicador tenebroso do desemprego".

Na entrevista ao matutino, o dirigente socialista lamenta ainda que Portugal tenha devolvido a Bruxelas 300 milhões de euros em três anos, destinados a políticas de desenvolvimento rural, "por incapacidade de gerir um programa e de o aplicar".

No caminho do desenvolvimento

Por sua vez, Ascenso Simões em entrevista ao semanário "O Independente" aponta como marca fundamental de José Sócrates "a capacidade de decisão", sublinhando que "essa é a grande característica de uma liderança". E nesse sentido sublinha que "a história mostra que Sócrates tem essa capacidade, assim como a vontade de fazer e a humildade necessária ao desempenho do cargo político".

Na entrevista, o secretário nacional adjunto manifesta ainda a sua concordância com a decisão do Presidente da República de dissolver o Parlamento, que "o país reclamava", dado estarmos a viver desde há quatro meses "uma situação muito difícil e com muita instabilidade, que tinha origem na falta de coordenação do Governo" por parte de um primeiro-ministro que "não tinha mostrado nem capacidade, nem competência para dirigir o país".

AVEIRO

Efectivos



Manuel Pinho

Maria do Rosário Carneiro
Pedro Nuno Santos
Elísio da Costa Amorim
Afonso Candal
Rosa Maria Albernaz
Armando França
Maria Helena Ferreira Dinis
João Cândido Bernardo
Marisa da Conceição C. Macedo
Jorge Manuel R. V. Sequeira
Esmeralda M.ª F. da Silva Souto
António Alves Cardoso
Pedro Machado da Rosa
M.ª Filomena Pinheiro

Suplentes

António Celestino P. de Almeida
Manuel Duarte Brandão
Regina Ferreira Fontes
António Ferreira da Silva
José Salavisa

BEJA

Efectivos



Luís Pita Ameixa

Marcos Perestrello
Maria Eugénia Santana Alho

Suplentes

José João Fralda Carias
Hélder Guerreiro
Rita Moleiro

BRAGA

Efectivos



António José Seguro

Vieira da Silva
Teresa Venda
António Fernandes Silva Braga
Miguel Laranjeiro
Isabel Jorge
Fernando Moniz
Laurentino Dias
Deolinda Coutinho
Manuel G. Mota
Ricardo Gonçalves
Sónia Fertuzinhos
Nuno Sá
Ana Catarina Machado
Victor Hugo Salgado
Susana Gonçalves Martins
Domingos Júlio da Silva
Aurora Silva

Suplentes

Elisa Varanda
Nuno Dias Araújo
Alfredo Carvalho Teixeira
Paula Cristina Oliveira
Nuno Miguel Barreto

BRAGANÇA

Efectivos



Mota Andrade

Manuel Luís Vaz
Ana Maria Rodrigues
Adérito Pires

Suplentes

Bruno Veloso

Júlia Maria Sequeira Rodrigues
Francisco António Castro Pires
Francisco José Terroso Cepeda

CASTELO BRANCO

Efectivos



José Sócrates

Fernando Serrasqueiro
Cristina Granada
Valter Lemos

Suplentes

Hortense Martins
Cidália Faustino
Jorge Seguro
Telma Madaleno
José Sanches Pires

COIMBRA

Efectivos



Matilde Sousa Franco

Victor Baptista
Maria António Almeida Santos
Horácio André Antunes
Teresa Alegre Portugal
João Raúl Moura Portugal
Rui Mendes Crisóstomo
Ricardo Castanheira
Angela Pinto Correia
Victor Forte Camarneiro

Suplentes

Belmiro Moita da Costa
Laurinda Natércia Crisanto
João Maria Reigota
António Mendes Lopes
José Alberto Pereira Vieira

ÉVORA

Efectivos



Carlos Zorrinho

Henrique Troncho
Paula Cristina Deus

Suplentes

José Alberto Palmeiro
José Carlos Nico
Ana Paula Damas Fitas

FARO

Efectivos



João Cravinho

José Apolinário
Aldemira Pinho
Miguel Freitas
Luís Carito
Jovita Ladeira
Hugo Nunes
David Martins

Suplentes

Esmeralda de Ramires
Paulo Dias Morgado
Manuel Rodrigues
Anabela Simão Correia
Vitor Cabrita Neto

GUARDA

Efectivos



Pina Moura

Fernando dos Santos Cabral
Rita Manuela Falcão Miguel
Cláudio Jorge Heitor Rebelo

Suplentes

Nuno André Neves Figueiredo
M.ª Manuela Santos Veiga e Paulo
Nuno Miguel Nunes Pires Quaiços
Armando Manuel P. M. dos Reis

LEIRIA

Efectivos



Alberto Costa

José Miguel Medeiros

Odete João
Oswaldo Castro
Isabel Vígia
Carlos Lopes
Jorge Gonçalves
Ana Paula Noivo
Virgílio David
Nuno Pereira
Suplentes
Edite Santos
Jorge Gabriel Martins
Rui Mendes Crisóstomo
Fernando Antunes
João Paulo Pedrosa

LISBOA

Efectivos



Jaime Gama

Manuel Alegre
Maria de Belém
Jorge Coelho
João Soares
Leonor Coutinho
Ferro Rodrigues
Vera Jardim
Ana Paula Vitorino
Rui Cunha
Miguel Coelho
Celeste Correia
José Lamego
José Augusto Carvalho
Custódia Fernandes
Rui Vieira
Pedro Farmhouse
Susana Amador
Ramos Preto
António Galamba
Ana Couto
João Serrano
Humberto Rosa
Irene Veloso
Marcos Sá
Umberto Pacheco
Rita Neves
Vasco Franco
João Gaspar
Marta Rebelo
Dias Baptista
Rita Madeira
Silvino Lúcio
Rosa do Egípto
Ana Sara Brito
Rui Pereira
Casimiro Ramos
Maria Manuela Augusto
José Leitão
Pedro Gonçalves
Sofia Dias

Edgar Francisco Valles
Valter Januário
Ana Cristina Pereira
Tiago Godinho
José Rodrigues
Isabel Cabaço Antunes
Luís Lopes
Suplentes
António Paulos
Pedro Biscaila
João Cunha
Cândida Cavaleiro Madeira
António Correia de Campos

PORTALEGRE

Efectivos



Miranda Calha

António José Ceia da Silva
Suplentes
Maria Idalina Alves Trindade
João Luís Pina

PORTO

Efectivos



Braga da Cruz

José Lello
Manuela de Melo
Fernando Gomes
Alberto Martins
Luísa Salgueiro
Carlos Lage
Augusto Santos Silva
Isabel Pires de Lima
Jorge Strecht Ribeiro
Guilherme Oliveira Martins
Maria José Gamboa
Renato Sampaio
Marques Júnior
Paula Cristina Duarte
Manuel Pizarro
José Magalhães
Isabel Santos
José Saraiva
Joaquim Couto
Maria de Lurdes Ruyvo
José Luís Carneiro
Agostinho Gonçalves
Glória Araújo
Lúcio Ferreira
Fernando Jesus
Joana Lima
Alcídia Lopes
José Ribeiro
Ana Maria Rocha
Mário Mourão
José Braga
Rosalina Santos
Arménio Martins
António Mourão
Fernanda Almeida
Miguel Ângelo
Raqueil Seruca
Suplentes
José Lemos
João Paulo Correia
Liliana Magalhães
Paulo Silva
José Luís Catarino

SANTARÉM

Efectivos



Jorge Lação

Vitalino Canas
Idália Moniz
Paulo Fonseca

Nelson Baltazar
Fernanda Asseiceira
António Gameiro
Nuno Antão
Sónia Sanfona
Manuela Pinheiro
Suplentes
Fernando Pratas
Cláudia Costa
Hugo Cristóvão
Anabela Azenha
Rui Silva

SETUBAL

Efectivos



António Vitorino

Joel Hasse Ferreira
Teresa Dinis
Eduardo Cabrita
Vitor Ramalho
Marisa Costa
Alberto Antunes
Arons de Carvalho
Ana Catarina Mendes
Paulo Pedroso
Ventura Leite
Maria Manuel Fernandes Oliveira
Renato Gonçalves
Carlos Ferreira
Guilhermina Ruivo
Luís Gonelha
Idalino José
Suplentes
Ana Helena Carvalho da Silva
Nuno Ferreira
José Chocolate Contradanças
Catarina Marcelino
Miguel Saturnino

VIANA DO CASTELO

Efectivos



Luís Amado

Rosalina Martins
Jorge Gonçalves
Maria de Fátima Pimenta
Manuel Pedro Soares
Maria da Conceição Cunha
Aragão Soares
Suplentes
António Fiuza
Anabela Quintas
Paulo Pimenta
Ana Maria Pereira
Rui Paulo Figueiredo

VILA REAL

Efectivos



Ascenso Simões

Pedro Silva Pereira
Paula Cristina Santos
Jorge Almeida
Joaquim Cêrca
Suplentes
Maria Helena Rodrigues
Fernando Alves Morgado
Ema Paula Gonçalves
M.ª Edite Sousa
Paulo Jorge Miranda Cruz

UISEU

Efectivos



José Junqueira

Manuel Maria Carrilho
Cláudia Vieira
Miguel Gínelstal
Paulo Barradas
Isabel Albuquerque
Filipe Nunes
Miriam Loureiro
Glória Carvalho
Suplentes
José Júlio Norte
Cristina Carvalho
Joaquim Monteiro
Maria Mendes Silva
João Lima

ACORES

Efectivos



Ricardo Rodrigues

Luís Fagundes Duarte
Renato Leal
Sónia Borges de Sousa
Maria de Jesus Oliveira
Suplentes
Vera Mónica Bettencourt
Ana Paula Bettencourt
Ana Cristina Gago da Câmara
Alice Correia da Rocha
Eduína Ornelas Borges

MADEIRA

Efectivos



Jacinto Serrão

Maximino Martins
Júlia Caré
Ricardo Freitas
Duarte Gouveia
Suplentes
Maíalda Gonçalves
Carlos Fino
António Loba
Guido Gomes
Luís Canha
Ana Maria Silva

EUROPA

Efectivos



Maria Carrilho

Carlos Luís
Suplentes
Manuel Melo
Maria Lurdes Rodrigues

FORA DA EUROPA

Efectivos



Aníbal Araújo

Fernando Ramos
Suplentes
Manuel Carrelo
Gonçalo Martins

CONSELHO ECONÓMICO

RECUPERAR O TEMPO PERDIDO E VOLTAR A CRESCER

No prazo de uma legislatura, os socialistas propõem-se conseguir para Portugal um "crescimento sustentado de três por cento", recuperar os níveis de emprego registados em 2002 e colocar o défice público nos limites estabelecidos por Bruxelas.

Assim, uma das primeiras atitudes a assumir por um futuro Governo do PS será, segundo José Sócrates, "apurar a verdade sobre o défice orçamental" através da criação de uma comissão específica, presidida, eventualmente, por Vítor Constâncio.

Reagindo ao que descreveu como um "estado de emergência nas finanças públicas", no intervalo de uma reunião do Conselho Económico e Social, que decorreu no passado dia 6, em Lisboa, o secretário-geral socialista considerou "uma péssima notícia para o país que o crescimento seja de 1,6 e não de 2,4 por cento, alertando para o risco de Portugal cair na "estagnação económica".

Nas palavras de Sócrates, a revisão em baixa das previsões de crescimento para 2005 "põem em causa todos os fundamentos" da política económica da coligação PSD/CDS-PP, pelo que se confirma a urgência de uma mudança de rumo.

Assim, avançou com a definição de três



objectivos concretos a alcançar em quatro anos de mandato, destacando como primeiro desígnio nacional "voltar a crescer".

É a nível do emprego, área em que o PS quer "inverter a tendência dos últimos três

anos", que se traça a segunda meta de Sócrates para um mandato como primeiro-ministro.

"O objectivo é recuperar os postos de trabalho perdidos nos últimos três anos", explicou, responsabilizado directamente o

Executivo de direita pela perda de 150 mil empregos.

Para o líder socialista, o terceiro compromisso do PS prende-se com a estabilização das contas públicas no período de uma legislatura, mediante a

colocação do défice orçamental nos limites do Pacto de Estabilidade e Crescimento [três por cento], "sem para isso recorrer sistematicamente a receitas extraordinárias".

Já no final da reunião realizada no Centro Cultural de Belém, o porta-voz do partido para as questões económicas, Manuel Pinho, apresentou uma série de recomendações feitas pelo Conselho e que deverão ter tradução no programa eleitoral do PS, como o critério para a revisão do Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC) e a simplificação do sistema fiscal.

Algumas das propostas avançadas situam-se no âmbito do uso das tecnologias da informação na Administração Pública, no estímulo às pequenas e médias empresas e na promoção da sociedade da informação e do conhecimento.

A redução do preço da energia e das comunicações, o combate à burocracia, a estabilização do investimento público e as alterações no processo orçamental foram outras das medidas defendidas pelo Conselho Económico.

Na perspectiva dos membros deste órgão consultivo do líder socialista, a principal aposta na área da despesa passa pela elaboração de um programa credível, bem como pela contratualização da sua redução no prazo de quatro anos.

EDUCAÇÃO

ENSINO SECUNDÁRIO É PRIORIDADE SOCIALISTA

A prioridade de um Governo socialista em matéria de educação será o ensino secundário, enquadrado num programa de combate ao insucesso e abandono escolar, anunciou José Sócrates, no final de um encontro com professores num hotel de Lisboa, no âmbito da preparação do programa eleitoral do PS na área da educação.

O secretário-geral do PS, que se encontrava acompanhado pelos deputados Guilherme d'Oliveira Martins e António Braga, sustentou que "Portugal terá poucas condições para olhar com expectativas positivas e optimismo se não elevar fortemente a qualificação da população activa", sublinhando que só 20 por cento da população activa do sector privado completou o 12º ano.

Neste quadro, José Sócrates referiu que o PS tem como objectivo aumentar o nível escolar dos portugueses, através de medidas que "convençam" os alunos e as famílias da importância de terminar o 12º ano para a sua integração plena no mercado de trabalho qualificado. "Queremos elevar a qualificação até ao 12º ano, como ciclo terminal de estudos", disse.

O líder do PS considerou ainda "deplora-



rável" a forma como decorreu a colocação de professores no início deste ano lectivo, criticando o Governo em funções por não "ter apurado as razões dos erros".

A avaliação dos professores e das escolas, o grau de autonomia na gestão e a defesa do método de colocação de professores dominaram as intervenções dos docentes que participaram no encontro que se prolongou por mais de duas horas.

IVA não aumentará

Questionado pelos jornalistas no final da reunião sobre uma notícia do "DN" segundo a qual o PS ponderava aumentar o IVA em um por cento, Sócrates desmentiu categoricamente tal hipótese. "É uma notícia falsa. O PS não vai fazer aquilo que o 'DN' diz que o PS vai fazer. Não vale a pena perder tempo com notícias falsas". E lembrou, a propósito, que "foi o PSD que aumentou o IVA e não o PS".

PS PARTILHA DIAGNÓSTICO ECONÓMICO DE SAMPAIO

O PS concorda com o diagnóstico económico feito pelo Presidente da República na sua mensagem de Ano Novo e afirma estar aberto para estabelecer "consensos" com o PSD em questões "importantes e estruturantes" para o país, "mas também com estruturas sindicais e outras entidades".

"O senhor Presidente da República tem toda a razão no apelo que fez. A economia portuguesa produz hoje o mesmo que produzia há três anos, ou seja, não cresceu e há mais 200 mil desempregados", disse Manuel Pinho, porta-voz socialista para as questões económicas.

Por isso, adiantou, um futuro Governo socialista tudo fará para mudar o quadro actual da economia portuguesa. "Será dada prioridade absoluta às qualificações, à tecnologia e à inovação de forma a aumentar a competitividade e isso, juntamente com uma gestão muito rigorosa das finanças públicas, são o que é necessário para lançar as bases do crescimento sustentável", declarou o cabeça de lista do PS pelo distrito de Aveiro e membro do Conselho Coordenador do Fórum "Novas Fronteiras".



ALQUEVA VAI CONTINUAR A SER A BANDEIRA DO PS

O empreendimento do Alqueva, sonho de gerações ao longo de décadas concretizado pelo Governo de António Guterres, "vai continuar a ser a bandeira" do PS, prometeu Capoulas Santos na sessão de apresentação dos candidatos socialistas por Évora às legislativas de 20 de Fevereiro, que acusou o Governo demissionário PSD/PP de ter "relegado o projecto para segundo plano".

Na sessão realizada na barragem do Alqueva, "pelo seu particular simbolismo" para PS, o camarada Carlos Zorrinho, cabeça de lista do partido por Évora, afirmou que a candidatura socialista assume com os eleitores do distrito "o compromisso de retomar o ciclo de desenvolvimento interrompido pelo actual Governo".

E lembrou que nos seis anos de governação socialista o distrito conheceu um "surto de forte investimento público em todos os domínios", em resultado do qual foi patente a melhoria da "qualidade de vida das pessoas e a atractividade do território".

Na sua intervenção, Zorrinho avançou ainda o objectivo dos socialistas de obterem dois dos três mandatos atribuídos ao distrito.

"Nas últimas legislativas, em 2002, num momento muito difícil, ficámos a cerca de um por cento dos votos para eleger o segundo deputado. Por isso, é extremamente legítimo pensarmos, agora, que podemos conquistar dois mandatos", disse Carlos Zorrinho.

Com o escultor João Cutileiro como mandatário distrital, a lista do PS por Évora inclui, além de Carlos Zorrinho, o presidente da federação, Henrique Troncho, e a docente universitária Paula de Deus.

Recorde-se que nas legislativas de 2002, os três mandatos atribuídos ao distrito foram distribuídos pelo PS, PSD e CDU.

Por outro lado, no decurso da sessão, o dirigente socialista Capoulas Santos disse ainda compreender as preocupações do Presidente da República, no programa "Expresso da Meia-Noite", da SIC-Notícias, em que defendeu um sistema eleitoral que facilite maiorias absolutas.

"O PS estará disponível para discutir eventuais alterações ao sistema, no âmbito de um consenso alargado entre os partidos, mas não no período eleitoral que o país vive", referiu Capoulas Santos.

Manifestando "compreensão com as preocupações do Presidente da República", Capoulas Santos justificou a sua posição com a "experiência negativa" dos últimos seis meses de governação.

"Os factos recentes dos últimos seis meses demonstram que esta é uma questão essencial porque, como se viu, a existência de uma maioria aritmética obtida de qualquer forma não traz estabilidade ao país", sublinhou.



CÂMARAS PSD RETIRAM CARTAZES SOCIALISTAS

O PS/Coimbra denunciou a retirada de cartazes eleitorais por parte de três municípios PSD do distrito, manifestando a intenção, face a esta "grave" situação, de apresentar queixa "de imediato" à Comissão Nacional de Eleições (CNE).

Num comunicado divulgado no dia 10, a Federação socialista de Coimbra condenou o "comportamento prepotente e antidemocrático" dos presidentes das Câmaras da Pampilhosa da Serra, Figueira da Foz e Mira, "por terem retirado dos locais a publicidade eleitoral afixada do Partido Socialista". Os socialistas acusam ainda o PSD "através dos seus intérpretes autárquicos" de promover uma "estratégia de utilização do poder que detém, para tentar limitar a actividade política, legítima e legal do PS".

DESCIDA DE IMPOSTOS PROMETIDA PELO PSD É "LEVIANA, DESCARADA E INDECOROSA"



É "indecorosa" a promessa feita pelo PSD de descer a taxa do IRC, após os números negativos apresentados pelo Banco de Portugal, declarou José Sócrates. "Depois de o Banco de Portugal ter demonstrado que as previsões do Governo para 2004/05 falharam, o PSD não arranjou melhor do que voltar a prometer, de uma forma leviana e descarada, a descida de impostos", afirmou ontem o líder socialista num jantar-comício em Guimarães.

Sócrates considerou ainda "inadmissível" que o Governo se tenha enganado na previsão de crescimento da economia para 2005, que deverá ser de 1,6 por cento e não 2,4 por cento, de acordo com as previsões do Banco de Portugal, anunciadas quinta-feira. "O país não

ganha nada com quem promete bacalhau a pataco, ganha sim com quem honra as suas promessas", acrescentou. O líder socialista voltou a enumerar os três principais objectivos que constarão do programa de governo do PS: crescer economicamente acima dos três por cento, recuperar os 150 mil empregos perdidos nos últimos três anos e estabilizar as contas públicas. José Sócrates comprometeu-se também a cumprir as metas do Pacto de Estabilidade e Crescimento, e realçou que a "palavra chave" para o país nos próximos quatro anos terá de ser "confiança". Na ocasião, o secretário-geral do PS anunciou ainda que na próxima semana será colocado um novo outdoor de campanha com a sua fotografia, que, "ao contrário de

outros", não precisa de se "esconder atrás de ninguém", afirmou, numa alusão indirecta ao cartaz que o PSD se preparava para apresentar mas que foi obrigado a retirar devido à recusa de Cavaco Silva de nele figurar. Entre as cerca de setecentas pessoas presentes no jantar, encontravam-se o cabeça de lista pelo distrito de Braga, António José Seguro, o presidente da Câmara de Guimarães, António Magalhães, o candidato indicado pela secção local, Miguel Laranjeiro, e o fundador do PPD, Emídio Guerreiro. Antes do jantar, o secretário-geral do PS procedeu ao encerramento do encontro distrital do fórum "Novas Fronteiras" onde voltou a defender o "choque tecnológico" assente no conhecimento, na educação e na formação.

SEGURO QUER ULTRAPASSAR PSD EM BRAGA EM VOTOS E DEPUTADOS

O cabeça de lista do PS por Braga, António José Seguro, apontou como objectivo central dos socialistas ganhar as eleições no distrito, elegendo, pelo menos, nove deputados.

"Vamos fazer uma campanha séria e pela positiva, que tenha em conta os objectivos nacionais do partido e as realidades da região entre as quais a do desemprego cuja taxa é superior a 10 por cento", anunciou. Falando na sede da Federação do PS de Braga, numa cerimónia de apresentação da lista dos candidatos socialistas pelo distrito, na qual a quota feminina atinge os 38 por cento, António José Seguro afirmou que irá privilegiar o contacto com as instituições e os eleitores locais, mas manifestou-se disposto a participar em debates com os outros candidatos, em particular com Luís Filipe Meneses do PSD. E, a propósito, ressaltou que os debates a dois não são uma prioridade para o distrito. "Isto não é um duelo de vaidades nem um conflito personalizado entre os cabeças de lista", disse, assegurando: "Não estou aqui para ser eleito deputado e depois concorrer



a uma câmara" nas autárquicas de Outubro. Questionado sobre a permanência na cidade de Braga da Secretaria de Estado da Juventude, o cabeça de lista do PS defendeu que essa foi uma medida que qualificou de "decorativa" e de "fachada" protagonizada pelo Governo cessante. E sustentou que o que importa verdadeiramente "é investir em políticas públicas que sirvam os jovens, nomeadamente em matéria de emprego, e isso não foi feito

pelo actual Governo". Aliás, neste particular, a lista do PS em Braga apresenta quase 50 por cento de candidatos com menos de 35 anos. Visando ir ao encontro dos principais problemas com que se confronta o distrito, o PS vai apostar forte no Vale do Ave, uma zona onde se concentra a maioria dos 44 mil desempregados do distrito, de forma a fazer um diagnóstico da situação e encontrar respostas para este flagelo.

GAMA RECUSA CAMPANHA "TACTICISTA" PARA CAPTAR VOTOS À ESQUERDA

O cabeça de lista socialista por Lisboa, Jaime Gama, afirmou que o PS se recusará a fazer uma campanha "tacticista" para tentar captar voto útil junto do eleitorado do PCP e do Bloco de Esquerda, salientando que o principal objectivo dos socialistas será o de fazer "uma campanha serena para proporcionar ao país uma mudança política tranquila".

Falando aos jornalistas após ter entregue no Palácio da Justiça a lista de candidatos a deputados do PS pelo

círculo eleitoral de Lisboa, Jaime Gama sustentou que o problema do voto útil à esquerda "é uma questão técnica e não política".

"A nossa preocupação central é fazer chegar ao eleitorado as nossas propostas, que depois fará uma avaliação segundo o seu mérito", sublinhou Jaime Gama, que se encontrava acompanhado pelos camaradas Joaquim Raposo, José Lamego e Vasco Franco.

Jaime Gama referiu ainda que a "prioridade imediata" do PS passa pela

"apresentação de propostas para combater a actual crise financeira, económica e social".

Em termos de metas eleitorais, o cabeça de lista por Lisboa disse que o objectivo do PS "é ter um resultado que satisfaça o objectivo nacional de haver no país uma maioria estável" na próxima legislatura.

"Só a obtenção dessa maioria estável poderá responder aos desafios da situação presente nos planos económico e social", acrescentou.

RECUPERAR O TERCEIRO DEPUTADO EM BRAGANÇA

O Partido Socialista de Bragança acredita que terá a confiança da população do distrito para recuperar o deputado que perdeu para o PSD nas últimas eleições legislativas, obtendo três mandatos.

As declarações foram feitas por Mota Andrade, deputado e presidente da Federação do PS/Bragança, que disse ser objectivo do partido conseguir dois mandatos.

Em segundo e terceiro lugar na lista estão os candidatos Luís Vaz, ex-autarca de Macedo de Cavaleiros, e Ana Maria Rodrigues, técnica em Torre de Moncorvo. Os seguintes nomes da lista são Adérito Pires, Bruno Veloso e Júlia Mascarenhas. "Os transmontanos têm grandes razões de queixa da governação PSD/CDS, que muito prometeu, mas cedo se constatou

que eram só promessas para ganhar eleições", afirmou Mota Andrade.

O cabeça de lista por Bragança disse que o PS no distrito irá fazer "uma campanha assente na seriedade e não em promessas, até porque o estado em que se encontra o país não o permite".

Nas últimas eleições de 2002, o PS obteve dois deputados e o PSD três.

SERRASQUEIRO QUESTIONA MORAIS SARMENTO SOBRE VISITA A S. TOMÉ E PRÍNCIPE

O dirigente do PS Fernando Serrasqueiro quer que o ministro Morais Sarmiento esclareça no distrito de Castelo Branco, onde é cabeça de lista do PSD, "quais os propósitos" da já polémica visita a S. Tomé e Príncipe "e quem suportou os custos". Segundo Serrasqueiro, número dois da lista do PS em Castelo Branco, encabeçada por José Sócrates, o candidato do PSD "terá de explicar na primeira acção de campanha no distrito, quais as razões de uma viagem que serve para distribuir 350 mil euros via RTP, mas

que acaba por ter um custo para o país muito próximo daquele valor".

E defendeu que "tudo tem que ficar esclarecido no primeiro dia que por aqui aparecer, porque senão já sabemos que se afasta e nunca mais esclarece ninguém".

Em conferência de imprensa no dia 10, depois de entregar no Tribunal de Castelo Branco a lista de candidatos a deputados pelo distrito, Fernando Serrasqueiro questionou ainda a posição do segundo candidato da lista do PSD.

Segundo Serrasqueiro, o actual presidente da Câmara da Covilhã, Carlos Pinto, "devia esclarecer os eleitores se, caso seja eleito, vai assumir o cargo de deputado ou ficar na Câmara da Covilhã".

De referir que o secretário-geral do PS na visita que efectuou ao Centro de Emprego de Lisboa e ao Citeforma, instado pelos jornalistas a comentar o episódio se lamentou, com alguma ironia, a dizer que não comentava mergulhos. "Estou mergulhado nos problemas do país", disse.

SOCIALISTAS DE BEJA QUEREM MAIORIA ABSOLUTA

Ganhar as eleições de 20 de Fevereiro com maioria absoluta é também o objectivo dos socialistas de Beja. Isto mesmo foi afirmado por Luís Ameixa, na apresentação da lista que encabeça naquele círculo eleitoral, porque, disse, "só assim Portugal poderá ter o Governo de que precisa".

O evento teve ontem lugar na sede de campanha socialista e coube a Lucas Estêvão, mandatário distrital, a apresentação dos nomes dos candidatos a deputados. No plano regional, o cabeça de lista Luís Ameixa manifestou-se preocupado com a desertificação do distrito e com o aumento do desemprego registado na região, defendendo a necessidade de "um combate sério" a estes problemas através do investimento na qualificação dos recursos humanos e do aproveitamento das alterações geográficas e económicas que serão geradas pelo impacto da barragem do Alqueva.

"Há muito por fazer ainda neste empreen-



dimento", disse, lembrando, a este propósito, a implementação dos sistemas de rega.

Ao nível da mobilidade e acessos, o cabeça de lista venceu a importância para o distrito da construção do IP8 que liga

Sines a Beja.

Pita Ameixa criticou ainda as recentes nomeações que o Executivo de gestão

do PSD/PP está a fazer no Centro de Emprego de Aljustrel e na Empresa de Desenvolvimento do Aeroporto de Beja.

"O Centro esteve um ano sem director e agora o Governo nomeou à pressa uma directora que não tem a qualificação requerida para exercer o cargo", denunciou. Depois da apresentação das lista socialista por Beja, candidatos e mandatário reuniram-se com o Conselho Coordenador das Novas Fronteiras para discutir as principais linhas orientadoras do manifesto eleitoral distrital, que será aprovado, no próximo dia 29 de Janeiro, na Convenção Distrital das Novas Fronteiras.

Recorde-se que a lista de candidatas socialistas a deputados pelo círculo eleitoral de Beja é encabeçada por Luís Pita Ameixa e composta por Marcos Perestrello, Maria Eugénia Santana Alho (efectivos), José João Fralda Carias, Hélder Guerreiro e Rita Moleiro (suplentes).

RASGAR NOVAS FRONTEIRAS POR UM PORTUGAL COM FUTURO

"Só o PS pode dar a Portugal o Governo que o país precisa", afirmou José Sócrates no segundo tempo de antena socialista divulgado no passado dia 5 pela televisão pública.

O secretário-geral sublinhou que o próximo Executivo nacional deve recuperar a confiança das pessoas através de rigor, competência e eficácia na resolução dos problemas concretos, reafirmando a ideia de que o PS é o único partido em condições de formar um Governo preparado e capaz de assim proceder.

Quatro anos de mandato e políticas de continuidade são os requisitos essenciais, num quadro de estabilidade política, para salvaguardar o sucesso do bom desenvolvimento nacional, segundo o líder do PS, para quem o consolidação das finanças públicas não pode ser deixado de parte, mas, salientou, importa priorizar como meta governativa a aproximação de Portugal ao nível da qualidade de vida dos países da Europa.

José Sócrates reconhece que os cidadãos estão cansados de campanhas e promessas, mas não desfalece na responsabilidade de mobilizá-los para enfrentar o novo desafio de fazer evoluir a nossa democracia "com um pouco mais de maturidade política".

Para cumprir esse designio nacional, e porque "Portugal precisa de uma nova ambição e de um novo rumo", o secretário-geral do PS afirma peremptoriamente que falará verdade aos eleitores e não cederá à tentação de "vender ilusões" para conseguir votos, pois "são muitas e sérias as dificuldades que temos de enfrentar".

No coração dos socialistas há "determinação, ambição, energia, optimismo e vontade" de reconduzir o nosso país à rota do crescimento económico, sem esquecer que as vitórias requerem o esforço e o sacrifício de todos.

A "nova atitude governativa" que Sócrates quer implementar pauta-se por um forte sentido de estado e de responsabilidade, a par de uma estratégia centrada na qualificação, na tecnologia e na inovação.

Esta opção é saudada por Sobrinho Simões, docente na Faculdade de Medicina do Porto, que no tempo de antena socialista descreve os recursos humanos adequadamente formados como "a maior riqueza de um país como Portugal".

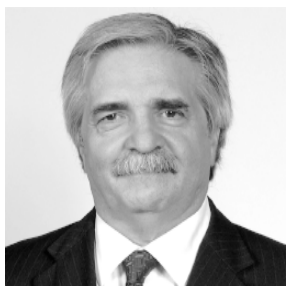
A escritora Lúcia Jorge manifesta também, neste registo audiovisual de oito minutos, uma confiança nas qualidades do partido e do seu líder para ajudar a "ultrapassar esta crise de tristeza e alcançar o limiar da esperança".

Também o camarada António Vitorino alerta para o contexto de exigência europeu em que Portugal deverá desenhar o futuro, lembrando que o sucesso passa pelo saneamento das finanças públicas, por ser este o pressuposto para a coesão, para a solidariedade, para o emprego e para a competitividade. O PS prepara-se para "rasgar novas fronteiras por um Portugal com futuro" e, por isso, o professor Gomes Canotilho, mandatário do fórum "Novas Fronteiras", considera vital a prossecução de "políticas públicas auto-sustentadas no plano económico, social e cultural, dizendo acreditar que "o PS reúne competência técnica e saber político para isso".

O RESULTADO CATASTRÓFICO DA GOVERNAÇÃO DAS DIREITAS

A revisão do Pacto de Estabilidade e Crescimento impõe-se com clareza. É necessário redefinir o seu clausulado de maneira a compatibilizá-lo com a Estratégia de Lisboa. Todos os investimentos públicos que se inserem nessa estratégia poderiam, obviamente verificados e contabilizados, não contar para a aplicação do procedimento dos défices excessivos

1. As previsões e perspectivas apresentadas há poucos dias pelo Banco de Portugal procederam à revisão claramente em baixa do crescimento económico português para 2005 e 2006 e reajustaram para 2004, também em baixa, o crescimento económico previsto. Fica claro pela análise do documento, que os efeitos da recessão 2002/2003 se prolongaram por 2004 e que, em qualquer dos anos de governação PSD/PP, a economia nacional divergiu das economias europeias, consideradas no seu conjunto. O Executivo de Durão Barroso conseguiu afastar sistematicamente Portugal da Europa da União, no plano económico. O seu discurso desencorajou os investidores, a prática política e financeira de Manuela Ferreira Leite desorganizou e desmotivou a Administração Pública, não tendo consolidado as finanças públicas. Ao mesmo tempo que Carlos Tavares nada fazia pela modernização do tecido económico. A forma como o Governo ainda em funções recusou o apoio de carácter fiscal às empresas que inovassem e se modernizassem no domínio tecnológico, demonstrou bem a sua estreiteza de vistas. É necessário imprimir um outro ritmo ao crescimento da economia nacional e isso passa pela modernização acelerada do tecido produtivo.



JOEL HASSE FERREIRA

2. A previsão da inflação tem um forte impacto nas áreas laboral e fiscal, quer no que concerne à determinação dos rendimentos do trabalho quer no que respeita à determinação dos pagamentos de natureza tributária. E o Banco de Portugal evidencia que o valor da inflação em 2004 foi de 2,5% (como o GPPS previu em Novembro de 2003 e o próprio Banco de Portugal em Janeiro de 2004) e não de 2% como o Governo apresentou. Efectivamente, o Executivo de Durão Barroso, pelas mãos de Norberto Rosa e Manuela Ferreira Leite, apresentou para a inflação de 2004 a previsão de 2% e não de 2,5% como deveria ter feito. Quis por um lado agravar o pagamento do IRS, com uma base não realista na modificação dos escalões. E por outro, pretendeu uma falsa base para o aumento das remunerações da função pública que não estavam congeladas. Ou seja, em termos de remunerações, desceram-nas, a uns muito (aos "congelados"), a outros menos.

3. A revisão do Pacto de Estabilidade e Crescimento impõe-se com clareza. É necessário redefinir o seu clausulado de maneira a compatibilizá-lo com a Estratégia de Lisboa. Todos os investimentos públicos que se inserem nessa estratégia poderiam, obviamente verificados e contabilizados, não contar para a aplicação do procedimento dos défices excessivos. Ao mesmo tempo que é necessário acabar com o encorajamento à cosmética dos défices, o que se conseguirá também com o reforço do papel do critério da dívida pública. É essa dívida que exprime com clareza a globalidade das responsabilidades contraídas pelo Estado. Para já não referirmos a necessidade de acompanhar com clareza e controlar devidamente as passagens, muitas vezes, injustificadas ou aceleradas sem razão, de unidades do Sector Público Administrativo para o Sector Público Empresarial. A passagem do Instituto de Estradas de Portugal para fora do Sector Público Administrativo visou fazer com que escapasse aos controlos da Assembleia da República e do Tribunal de Contas. Mas visou também fazer com que não contasse para o défice o saldo das contas desse Instituto.

4. As previsões e perspectivas do Banco de Portugal e todas as outras análises que possam e tenham vindo a ser feitas, evidenciam o resultado catastrófico da actuação do governo da coligação das direitas, quer na versão recessiva (Durão Barroso/Manuela Ferreira Leite) quer na versão populista (Bagão Félix/Santana Lopes). É de facto preciso afastar esta cúpula populista do Poder Executivo, com determinação e firmeza, com rigor e ambição. A bem das portuguesas e dos portugueses. Do desenvolvimento económico e da solidariedade social. Da nossa aproximação progressiva e sistemática aos níveis económicos e sociais europeus.

Opinião

PS REIVINDICA PAGAMENTO DE COMPENSAÇÕES EM ATRASO A MEMBROS DAS MESAS DE VOTO

Os atrasos no pagamento das compensações financeiras aos cidadãos que estiveram nas mesas de voto durante as eleições para o Parlamento Europeu de Junho de 2004 motivaram um requerimento de António Galamba, no qual o deputado socialista exige que o primeiro-ministro confirme ou desminta o alegado desbloqueamento e posterior transferência das verbas em falta até ao fim de Dezembro passado.

Se a resposta de Santana Lopes for afirmativa, o parlamentar do PS quer então conhecer "o montante envolvido para o Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral (STAPE) na referida operação financeira".

Contrariamente, em caso de um desmentido das informações prestadas pelo Ministério da Administração Interna à Comunicação Social, António Galamba questiona Santana Lopes sobre quando serão feitas as prometidas transferências, qual o verdadeiro montante em atraso e qual o número de pessoas que ainda não receberam a merecida compensação.

... *E pede explicações sobre subsídios de emprego e doença*

Noutro requerimento, António Galamba desafia o chefe do Governo demissionário



a explicar o eventual adiamento dos pagamentos dos subsídios de desemprego e de doença, noticiado poucos dias antes de finalizar o ano.

O deputado exige, desta feita, que o Executiva diga por fim se "ordenou o referido adiamento, impondo aos cidadãos abrangidos especiais dificuldades financeiras na quadra festiva", tudo para

"aliviar a execução orçamental de 2004". Ainda neste documento, o parlamentar socialista quer saber, a confirmarem-se as notícias avançadas pela Imprensa, as razões que justificavam o adiamento do pagamento dos subsídios de doença e desemprego, bem como o novo calendário previsto pelo Executivo para proceder aos pagamentos devidos aos cidadãos.

Breves

Os socialistas acusaram o secretário de Estado das Comunidades, Carlos Gonçalves, de se ter "alheado do drama dos portugueses afectados pelo maremoto na Ásia e criticaram o embaixador de Portugal em Banguecoque por permanecer em Lisboa, apesar de ter sido informado da tragédia que já vitimou mais de 160 mil pessoas.

"O máximo representante diplomático do nosso país na Tailândia está cá e, segundo o porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros, «não quer ser incomodado», e o secretário de Estado das Comunidades não se sabe dele", declarou, indignado, o responsável pelo Gabinete das Comunidades Portuguesas do PS, José Lello, que, questionado sobre se considerava essencial a presença dos governantes no terreno, defendeu que devem ser estes a coordenarem as acções no terreno, pois "o voluntarismo, por si só, não pode tapar os buracos dos ausentes".

FEDERAÇÕES

Por iniciativa da **Federação socialista do Baixo Alentejo**, realizou-se, em Dezembro passado, o "Il Convívio de Cidadãos Portadores de Deficiência e suas Famílias", em Beja.

A iniciativa visou promover um espaço de reflexão sobre o conceito de cidadania e as problemáticas associadas à família em que um ou mais dos seus membros são portadores de deficiência, no contexto real da sociedade portuguesa e do Alentejo em particular.

CONCELHIAS

A **Concelhia do PS de Leiria** criticou, em comunicado, os atrasos do Polis na cidade e desafiou a autarquia local de

gestão "laranja" a transformar o relógio deste programa num "memorial" para assinalar a falta de obra.

No documento, os socialistas consideram que a edilidade não encarou o Polis como uma prioridade política, acusando a maioria do PSD de ter deixado atrasar exageradamente a fase de planeamento.

"Veja-se que nem sequer os planos de pormenor chegaram a ser aprovados, quanto mais as grandes obras realizadas", mas, "entretanto, uma vasta equipa de técnicos das mais variadas especialidades trabalhou durante anos em planos, reformulações de planos, novos planos, preparando obras que jamais se irão realizar", denunciam os socialistas no documento divulgado no passado dia 3.

A **Secção do PS de S. Martinho do Bispo** editou, no passado mês de Dezembro, o primeiro número do seu Boletim Informativo, onde dá conta do estado de "total abandono" a que foi votada esta freguesia.

Os socialistas criticam o executivo camarário de Coimbra (coligação PSD-PP-PPM) pelas sucessivas e claras demonstrações de "autoritarismo arrogante" no exercício de "uma política de faz de conta", que, acusam, adiam um futuro de desenvolvimento para S. Martinho do Bispo.

Totalmente renovada, a sala de convívio da sede da **Secção do PS/Alenquer** reabriu na noite de 6 de Janeiro.

Assim, os militantes têm agora as melhores condições para participarem nas tertúlias semanais a realizar neste espaço. Concretizado este objectivo, os socialistas de Alenquer prometem partir para outro diferente e mais ambicioso: aumentar o número de filiados na secção, por forma a que esta venha a ter "uma expressão condicente com a expressão eleitoral que sempre teve".

PS QUER DEVOLVER A ESPERANÇA E A CONFIANÇA AOS PORTUGUESES

O PS pretende devolver a esperança e a confiança aos portugueses, depois do descalabro que foi a passagem da direita pelo Governo, traduzida num país onde grassa o desemprego, as empresas encerram, e as contas públicas estão em roda livre.



Falando no passado dia 6 de Janeiro na sessão da Comissão Permanente da Assembleia da República, o deputado do PS Mota Andrade referiu que no final da actual legislatura "este Governo pode exibir a medíocre proeza de ter transformado uma crise orçamental, que se corrige com ajustamentos na política fiscal e na despesa pública, numa recessão económica cuja expressão mais visível é a dificuldade em construir uma estratégia de retoma e relançamento da economia portuguesa".

Depois, Mota Andrade lembrou a "oportunidade" que o Presidente da República deu à maioria para completar a legislatura após a saída para Bruxelas de Durão Barroso logo a seguir a "uma pesadíssima derrota" nas eleições para o Parlamento Europeu.

Só que, adiantou, "o que se iria passar no que à governação do país diz respeito a ninguém no seu juízo normal lembraria, tal o descalabro a que pudemos assistir". Particularmente crítico da "falta de credibilidade" e de "sentido de Estado" demonstradas por Santana Lopes à frente dos destinos do país, o deputado do PS afirmou que "os inúmeros episódios, protagonizados por este Governo desde a sua tomada de posse, ficarão nos anuais do anedotário nacional".

Mesmo assim, acrescentou Mota Andrade, "ciosos de um poder que cada vez menos emanava da vontade popular, tudo fizeram para prolongar o estado semicomatoso em que o Governo se encontrava", sendo, no entanto, "cada vez maior o coro de críticas insuspeitas, dos mais variados sectores da sociedade, que catalogavam a acção do governo como desastrosa, inconsequente e só

ultrapassável através da consulta ao eleitorado".

Face a este quadro, concluiu, a decisão do Presidente da República de interromper a legislatura e convocar eleições foi "uma decisão acertada". E sublinhou que "a ainda actual maioria só se pode queixar de si própria, da sua incapacidade e do seu primeiro-ministro". Na sua intervenção, o deputado socialista acusou ainda o Governo de se ter "enredado em esquemas de contabilidade criativa, desorçamentando sempre e quanto podia, alienando por tuta e meia os créditos fiscais do Estado". E salientou que, mesmo assim, no final desta legislatura regista-se "um défice orçamental que, em rigor, ultrapassa cinco por cento do PIB e uma dívida pública que no espaço de três anos, galopou de 56 por cento do PIB para 64 por cento". E concluiu: "É caso para dizer que fazer pior era difícil".

Mota Andrade adiantou ainda que o PS, caso tenha a confiança dos portugueses nas eleições de 20 de Fevereiro, "promoverá a constituição de uma comissão independente para avaliar as contas do Estado. Não para depois continuar a falar da péssima governação que o País teve, mas sim para falar verdade aos portugueses".

Na sua intervenção, o deputado do PS afirmou ainda ser "necessário devolver a esperança e confiança aos portugueses", sustentando que o país "só se desenvolve se for feito um esforço de coesão nacional", que passará por "um combate

às assimetrias regionais, com a criação de apoios de discriminação positiva".

"Isto não é um cabeleireiro"

Esta sessão da Comissão Permanente da Assembleia da República ficou ainda marcada pela condenação das "lamentáveis" declarações da ministra da Educação, que considerou não ser "interessante" a sua presença no Parlamento para explicar os resultados da auditoria ao concurso de professores.

Pegando nas declarações da governante, o deputado socialista José Magalhães sublinhou de forma veemente que a Assembleia da República "não é um cabeleireiro, mas sim a câmara representativa da democracia".

Criticando a presença de Morais Sarmento no Parlamento em substituição de Maria do Carmo Seabra, o deputado do PS afirmou que "em nenhum momento esteve em causa que o Governo pudesse estar representado por outra pessoa, que não a ministra da Educação".

Voto de pesar pela tragédia do Sudeste asiático

Nesta sessão da Comissão Permanente da Assembleia da República foi ainda aprovado de um voto de pesar para com as vítimas da tragédia no Sudeste asiático. Pela bancada do PS, António José Seguro manifestou total solidariedade para com os povos dos países atingidos pela catástrofe que "vão sentir durante muitos anos os efeitos ambientais, sociais e económicos".

Numa breve reflexão sobre a incapacidade do ser humano para lidar com as forças da natureza, o líder do Grupo Parlamentar do PS alertou para o facto de haver acções que "avolumam as condições para a ocorrência de tragédias", apontando como exemplos o impasse em torno do protocolo de Quioto e as questões ligadas ao ordenamento do território.

Por isso, considerou ser chegada a altura de "acções concretas no sentido de se poder prevenir ou limitar estas catástrofes". E concluiu: "Nós, cidadãos do mundo, temos tratado muito mal a nossa casa".

J. C. CASTELO BRANCO

Pelourinho da República



"Não vejo o Pedro como primeiro-ministro. Tem mais perfil, para Presidente da República (...). O Paulo, sim, tem perfil para primeiro-ministro (...). No entanto, não deixo de pensar que esta coligação, Paulo e Pedro, está no meu horizonte político"

Cinha Jardim

10 de Julho de 2004

"Gostaria que o país, de norte a sul, fosse uma imensa Madeira"

Manuel Dias Loureiro citado pela revista "Grande Reportagem"
15 de Maio de 2003

"Tenho as costas cheias de cicatrizes das facadas que levei. Não cabe cá mais nenhuma"

Santana Lopes

TVI, a 18 de Dezembro de 2004

"Helena Lopes da Costa em 3º lugar em Lisboa?! Raul dos Santos transplantado para o Porto?! Pôncio Monteiro?! Freire Antunes?! O Parlamento vai tornar-se o último e indescritível refúgio dos naufragos dos santanistas"

José António Lima

"Expresso", 8 de Janeiro

"Não tem para mim credibilidade nenhuma; [...] quem não tem força para dominar o partido, não domina um governo; [...] diz que tem as costas cheias de cicatrizes pelas facadas que lhe deram, mas ele não se coíbiu de me dar uma facada"

Pôncio Monteiro citado pelo "Diário de Notícias"
5 de Janeiro

"Disse-me que ele era o presidente do PSD e que ele é que convidava. Afinal não foi capaz de dominar um seu vice-presidente, por isso não serve para líder"

Pôncio Monteiro sobre o convite e posterior "desconvite" de Santana Lopes para integrar as listas do PSD
"Expresso", de 8 de Janeiro

"Vou ter de pensar (em quem vou votar). Estas pessoas não dão credibilidade"

idem

Revista "Sábado"

"O professor Cavaco não quer ser identificado com este PSD. Colocar a sua imagem num cartaz seria um aproveitamento ilegítimo"

Destacado cavaquista citado pelo "Diário de Notícias"
5 de Janeiro.

"Estou farto das histórias do dr. Cavaco Silva"

Alberto João Jardim

"24 Horas"

"Até Setembro último, a factura do caótico concurso de professores de 2004 acumulou mais de um milhão e oitocentos mil euros de custos (...) Por apurar fica o valor que o Estado teve de pagar a mais devido aos erros e atrasos no processo"

"Diário de Notícias", 6 de Janeiro

"Telefonaram-me a perguntar se achava interessante ir e eu disse que não, porque achei que os jornalistas fariam hoje todas as perguntas relevantes"

Maria do Carmo Seabra, ministra da Educação, questionada sobre a sua ida à Assembleia da República
5 de Janeiro

"Considero absolutamente lamentáveis as declarações da ministra da Educação e já transmiti esta minha posição ao Governo"

Mota Amaral, presidente da Assembleia da República
6 de Janeiro

"Fui informado ontem à noite e claro que esta polémica é incómoda"

Pedro Santana Lopes, primeiro-ministro, sobre a estada de Morais Sarmento no "resort" de luxo Bom-Bom

"Não estou na posse de todos os elementos, mas quando chegar a Portugal vou esclarecer a situação com o ministro Morais Sarmento"

idem

"NOVAS FRONTEIRAS"

FÓRUM DE VILA REAL DEBATE INTERIORIDADE

No âmbito do Fórum "Novas Fronteiras", a Federação de Vila Real do PS vai realizar nos dias 14 e 15 de Janeiro, nas cidades de Vila Real, Chaves e Régua, um conjunto de debates tendo por mote "Vencer a Interioridade", com a participação de quadros do partido e de membros da sociedade civil do distrito, nos quais se procurará sistematizar os problemas com que a região se vê confrontada e encontrar as

melhores propostas para a sua resolução.

"Douro — um potencial mal aproveitado" e "Agricultura, desenvolvimento rural e florestas. Que políticas para a região", são os debates agendados para o dia 14, que decorrerão, respectivamente, no Auditório da Junta de Freguesia do Peso da Régua e no Centro Cultural de Chaves. Por sua vez, no dia 15 vão ter lugar debates sobre "A competitividade

territorial do distrito de Vila Real. Políticas económicas e desenvolvimento sustentável", no Centro Cultural de Chaves; "Vila Real — um distrito saudável e solidário", no Auditório da Junta de Freguesia de Godim, em Peso da Régua; "Criar oportunidades, garantir o futuro", no Hotel Miracorgo, em Vila Real, e "A qualificação e o emprego. Uma aposta do distrito de Vila Real", no Hotel Miracorgo, em Vila Real.

LÍDIA JORGE AO "ACÇÃO SOCIALISTA"

"LEVAR A CABO AS POLÍTICAS DE SOCO

Foi a possibilidade de poder reflectir cívica e livremente, a par da marca cultural, que levou Lídia Jorge a aderir ao fórum "Novas Fronteiras". Independente, não sectária, a escritora nesta entrevista ao "Acção Socialista" defende que uma governação do PS neste início de século tem de ser capaz de promover o "abraço" entre as culturas tecnológica e humanista para realizar aquilo que considera ser "uma cultura de paz".

O que a levou a aderir ao Movimento das "Novas Fronteiras"?

Porque achei necessário uma reinvenção do espírito dos Estados Gerais, capaz de gerar um forte movimento de interacção entre o PS e os independentes dispostos a dar um contributo na procura de soluções para os problemas com que o país se defronta nos mais variados domínios. Eu achava na altura em que aderi que o País estava de facto numa situação que precisava de uma profunda reflexão e ainda que, no caso das Novas Fronteiras, a iniciativa fosse muito marcadamente de natureza política e muito marcada por iniciativa do líder do Partido Socialista. Eu achei que era um início para um espaço de reflexão cívica livre.

Nesse fórum qual é o contributo que espera poder dar ao movimento desencadeado pelo eng. José Sócrates?

Eu espero que o contributo venha a surgir sobretudo depois das eleições. Ou seja, que ao longo dos próximos anos haja suficiente energia e iniciativa para que independentemente daquilo que é a sua matriz política, possa haver um grupo de pessoas que ponderam com regularidade sobre a aplicação das políticas do Governo, permitindo uma espécie de contraponto permanente do que irá acontecer no terreno e que se adivinha que vai oferecer bastante dificuldades. Por isso, todos seremos poucos para fazer uma espécie de crítica construtiva sobre o que for acontecendo.

Qual a importância da participação de independentes neste tipo de iniciativas partidárias?

Eu acho que os independentes o que trazem não é serem mais capazes do que as pessoas que estão nos partidos, não é isso. Eu penso que se deve retirar a ideia de que o independente é uma espécie de anjo da guarda que vem como uma salvação. Não é assim, o que tem é um olhar mais descomprometido em relação à lógica partidária. Eu entendo que os independentes podem acrescentar um olhar desinibido sobre a situação e dizer por vezes em voz alta aquilo que aqueles que estão dentro dos partidos não podem, por vezes, exprimir com a necessária desenvoltura. Nessa medida, além de tornar muito mais plurais as perspectivas de análise, também permite essa renovação de olhar sobre os problemas.

De que forma é que se pode trazer de novo para a política o melhor da inteligência do país, sendo que a inteligência tem vindo gradualmente afastar-se da política? Como é que se consegue trazer essas pessoas de novo?

Eu acho sinceramente que é difícil. Penso que está criado uma espécie de grande hiato na sociedade portuguesa que é os partidos de um lado, e as chamadas elites do outro. Eu acho que se estão a enquistar de um lado e do outro com desconfiança mútua. Algumas elites têm por vezes uma atitude arrogante de se colocarem sempre na atitude de quem sabe, de quem seria capaz de fazer de tudo



completamente bem, mas ao mesmo tempo não quer meter as mãos no território que considera manchado. Considero que em alturas como esta em que a democracia atravessa momentos graves, é preciso que as pessoas tenham um sentido cívico da aproximação mais forte, e nesse sentido também considero que os partidos políticos precisam de ter uma outra lógica para criar confiança nas pessoas.

Que lógica é essa?

É uma lógica de abertura e de verdade. Não de insulto nem de transpor para fora aquilo que são as suas quezílias internas. É preciso ultrapassar a grande suspeita de que as pessoas se servem dos partidos e não constituem grupos de cidadãos que querem gerar o bem de todos. A ideia que está instalada é a de que os

partidos estão envolvidos em interesses egoístas e que lhes interessa muito pouco o debate político entre uns e outros. No entanto, no meu caso pessoal, em momentos de crise como esta que atravessamos, tenho sempre a esperança no partido cujo ideário é o mais próximo das minhas convicções.

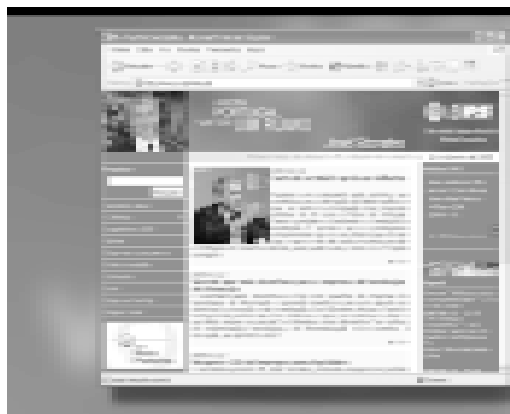
Tendo aderido ao fórum das "Novas Fronteiras" antes do Presidente ter decidido dissolver o Parlamento e convocar eleições, o que mudou, na sua perspectiva, na natureza do movimento?

Eu acho que mudou bastante. O fórum não teve tempo de ser aquilo que devia ser, isto é, não teve tempo para um momento de partida, dada a aceleração do calendário, de ser de facto um fórum com muitos rostos, a partir do qual se

analisam as questões no terreno e se criam as suas propostas. Houve uma aceleração no tempo, e portanto eu diria que aos olhos da população o que dá a impressão é que o fórum foi transformado numa coisa que era um movimento cívico para um movimento de apoio político. Isso vai ser difícil de explicar às pessoas. É preciso que a lógica das "Novas Fronteiras" ultrapasse as próximas eleições e haja um fórum de debate permanente.

Enquanto escritora, qual é o papel que neste princípio do século XXI vê reservado ao Estado?

Eu vejo reservado ao Estado o papel de árbitro na generalidade e o papel de interventor junto das zonas débeis que só por si não podem sobreviver e que são ao mesmo tempo indispensáveis



www.ps.pt

ERRO QUE O PAÍS PRECISA"

para a sanidade de um povo, como por exemplo a área da cultura. Eu acho que é uma área que ilustra isso, onde estes dois princípios estão perfeitos. Deve haver a maior liberdade, maior independência do Estado em relação aos criadores, aos grupos, a tudo que é criação. Mas, por outro lado, não pode deixar de ser uma espécie de estratégia que distribui aquilo que é para distribuir com critérios bem definidos.

Qual o papel do indivíduo hoje em dia na sociedade?

O papel do indivíduo devia ser de sujeito. A própria palavra indivíduo está carregada de sentidos que são os sentidos de captação para si, sentidos de autodeterminação e de auto-investimento. Tenho a ideia de que há aqui uma situação de que essa é uma fase preliminar do ser humano; acho que a fase de adulto do ser humano é o momento em que ele se torna um sujeito de mudança e de modificação, em que faz uma ponte com os outros e está em ligação com aquilo que é o outro e com a sociedade. Acho, aliás, que ninguém se conhece a si próprio se não for no rosto do outro. É por isso, do ponto de vista político, que eu considero que é no espaço do Partido Socialista que este tipo de sentimento é ainda privilegiado.

Nas questões políticas em concreto, como observou a degradação a que assistimos do Governo liderado pela dupla Santana/Portas?

Foi a associação de dois líderes que não

poderiam funcionar no terreno. Devo dizer que me preocupou bastante o Governo de Santana Lopes, aliás como o do Dr. Durão Barroso. Simplesmente o Governo do Dr. Barroso trouxe-nos, apesar de tudo, um momento de esperança. Devo dizer-lhe que eu não sou uma pessoa sectária, não voto sempre nos mesmos. Devo dizer que nessa altura fiquei à espera que acontecesse alguma coisa de bom. Aquilo que verifiquei depois foi que houve uma espécie de impossibilidade do Governo de Durão Barroso de conseguir manter a casa. E depois acho que a associação de Santana Lopes com o Paulo Portas não resultou. Repare que eu me coloco na posição da pessoa comum, com uma perspectiva crítica do evoluir das coisas. Fico sempre à espera de que haja uma correspondência entre as promessas que são feitas e depois aquilo que vai acontecendo no terreno, de forma a que se veja o resultado. Agora a minha grande decepção foi quando percebi que tudo o que estava a acontecer era dissipação do crédito adquirido anteriormente. Aí comecei a perceber que era grave. Entretanto, começaram a surgir os índices e em todos os fóruns em que a pessoa participa, tudo o que lê, e onde quer que vá percebe que Portugal está na cauda de tudo: está atrás da Turquia, do México, da Grécia. A certa altura a pessoa começa a pensar que de facto alguma coisa nos está colocando para trás. Aliás, no princípio do 2000 percebeu-se que a situação era estrutural, profunda. Devo dizer-lhe uma coisa: eu acho que

nós acertamos sempre quando pensamos que os erros são produto do mal. Porém, há erros que não são só produto da maldade. Há erros que são produto do receio da agressão às pessoas. O que está a acontecer e que tem acontecido há uma década a esta parte, talvez até remonte ao segundo mandato de Cavaco Silva, foi a dificuldade que todos os líderes tiveram em castigar aqueles que irão ser perdedores nesta transformação tecnológica que o Mundo está a ter. E na globalização houve uma espécie de receio, pena e até compaixão por segmentos tão vastos da população ficarem desprotegidos. Sinceramente penso que vai ser muito difícil confrontar segmentos tão vastos da população portuguesa que não têm capacidade de acompanhar a modernidade e que serão postos à margem quando a modernidade de facto chegar.

Como é que se pode inverter esta situação?

Vai ser difícil. Mas acho que se pode inverter fazendo passar uma espécie de noção de dever e de consciência aos portugueses de que é necessário que este choque se dê com recurso a todas as forças produtivas e modernas do País. Mas essas forças que venham a colaborar não terão imediatamente um proveito em termos de riqueza pessoal ou de, digamos, proveito pessoal. Por outro lado, é necessário entender o outro segmento que está a ficar de lado que vai ficar desfavorecido. E é um segmento vasto que não poderá ser abandonado.

Por isso, acho que há uma moralização para fazer. Não se podem pedir sacrifícios apenas a uns. O que estou a dizer é que são necessários sacrifícios dos dois segmentos. Quer aquele que se moderniza, o mais jovem, o mais produtivo e ao mesmo tempo o segmento dos outros que serão mais velhos e mais desqualificados. Numa palavra, é preciso reencontrar o valor da solidariedade para que as coisas possam funcionar.

No mundo globalizado do século XXI quais devem ser as marcas de uma governação socialista?

Acho que há uma marca ao nível da cultura. Foi por isso que me senti atraída em participar nas "Novas Fronteiras". Acho que está feito um desafio extraordinário ao mundo da cultura. No momento em que toda a nova cultura tecnológica e audiovisual é absolutamente preponderante, considero fundamental conseguir abraçar essas disciplinas às tradicionais. Os governos socialistas têm que fazer esse abraço por causa do perigo de que a cultura tecnológica possa ser uma cultura altamente prepotente e de prepotência e que os outros domínios sejam apenas de resistência.

Esse abraço em que me revejo entre a cultura humanista e a tecnológica tem de ser capaz de produzir uma cultura de paz.

O que também passa pela qualificação dos portugueses como vem defendendo o eng. José Sócrates?

Pela qualificação, sim senhora. Aliás, eu

devo dizer-lhe que foi essa uma das razões que me fez ter uma simpatia particular pela candidatura dele. Acho que as pessoas entenderam um pouco o que é o choque tecnológico. Pensaram o choque tecnológico como algo do domínio das formas e não dos conteúdos. Eu coloco nessa expressão alguma coisa que me tem vindo a tocar nos últimos anos, que é a ideia que são dois mundos que avançam em que a forma é de facto tecnológica, mas ela só será alguma coisa captável e profundamente humana se for capaz de atrair tudo aquilo que é a formação interior e aproveitar o que é a grande cultura ocidental, e, no nosso caso, ocidental humanística na parte da ciência, da literatura e todas as artes na parte dos saberes, na troca de todos os saberes mesmo. Até do saber enciclopédico.

Como é que os portugueses, no seu ponto de vista, podem voltar a ter confiança dado que vivemos um momento de descrença generalizada nas instituições, nos políticos, na sociedade e até em nós próprios como povo?

Espero que, de facto, o país saia governável depois destas eleições. Saia, enfim, com compromissos suficientemente fortes para que seja governável, o que vai depender muito da forma como o próximo Governo transmitir aos cidadãos durante os primeiros meses uma imagem de credibilidade e de confiança, levando a cabo as políticas de socorro que o país precisa.



PS CONTESTA VISITA "ELEITORAL" DO SECRETÁRIO DE ESTADO DAS COMUNIDADES

A visita do secretário de Estado das Comunidades, Carlos Gonçalves, à Alemanha e a França, realizada no passado fim-de-semana, foi classificada pelo PS como um "acto imoral e repreensível", por ter lugar numa altura em que este governante já foi confirmado como cabeça de lista do PSD pelo círculo da Europa.

Em comunicado, o Departamento de Comunidades Portuguesas do PS considera que a visita do secretário de Estado não passa de uma iniciativa de campanha eleitoral "disfarçada de visita institucional, paga com dinheiro dos contribuintes".

Por esse motivo, o PS condena o "acto de campanha eleitoral encapotada em que os membros do Governo tiram partido da sua posição institucional para fins político-partidários, na medida em que não decorre da visita nenhum benefício visível para as comunidades portuguesas".

Para os socialistas, esta visita é um acto



imoral, porque "o Governo e o secretário de Estado das Comunidades não estiveram presentes no momento em que os portugueses e os luso-descendentes atingidos pela tragédia ocorrida no Sudeste asiático mais precisavam de apoio rápido e eficaz".

No comunicado, o Departamento de Comunidades Portuguesas do PS afirma que a ausência de Carlos Gonçalves na coordenação do apoio no Sudeste asiático "se deveu ao facto de estar a preparar a mega-recepção para 1500 portugueses em Paris, evento que exige a mobilização de recursos consideráveis".

"A anunciada recepção que o primeiro-ministro dá na Embaixada em Paris mais não passa de uma indistigável e intolerável acção eleitoral, em que as figuras centrais são um secretário de Estado que também é cabeça de lista e teve uma actividade apagada em relação às comunidades, e um primeiro-ministro desnoiteado", acrescenta o PS.

CANDIDATURA DE MANUEL ALEGRE APRESENTA CONTAS

As contas da candidatura de Manuel Alegre a secretário-geral do PS saldaram-se por um excedente de 4.819,82 euros, que será destinado à promoção do debate político.

Reunidos no passado dia 3 de Dezembro, os membros eleitos e candidatos pela lista A para os órgãos nacionais do Partido Socialista aprovaram por unanimidade e aclamação o relatório e as contas da candidatura de Manuel Alegre, apresentados pela direcção financeira da campanha constituída pelos camaradas José Manuel Torres Campos e Manuel Pina, apoiados por Henrique Melo.

Segundo as conclusões do relatório e contas, "o total das despesas efectivas ficou aquém do montante que foi inicialmente orçamento", sendo que "a razão principal deveu-se a alguma contenção solicitada aos elementos mais operacionais da campanha, antes de se ter mais certezas quanto ao volume de receitas que se iriam efectivamente conseguir".

O total das despesas realizadas é discriminado da seguinte forma: comunicação, 6.741,04 euros; transportes e alojamentos, 8.610,48 euros; aluguer de salas, 4.336,18 euros; material de campanha, 8.356,64 euros; mailing aos militantes, 21.242,43 euros; diversos, 5.204,90 euros e imprevistos, 1.508,44 euros.

Já as receitas realizadas tiveram a seguinte distribuição: contribuição do PS, 11.722,43 euros; transferências e depósitos na Caixa Geral de Depósitos, 7.824,25 euros; donativos individuais, 16.875,00 euros; donativos via RSF, 6.672,50 euros; recolha de fundos e brochuras com a moção, 4.815,00 euros; "vendas" de CD's, 14.768,00 euros e leilão, 1.530,00 euros.

De salientar ainda que na reunião Manuel Alegre fez um agradecimento a toda a equipa da campanha, destacando o trabalho da direcção financeira, para quem pediu um voto de louvor, que foi aprovado por unanimidade e aclamação.



INCÊNDIOS FLORESTAIS

GOVERNO PREPARA PLANO À PRESSA E COM FINS ELEITORALISTAS

O PS acusou o Governo de preparar "à pressa" e com "meros propósitos eleitoralistas" o plano nacional de prevenção e combate aos incêndios florestais, apresentado pelo primeiro-ministro, Pedro Santana Lopes.

"Tudo leva a crer que este programa foi feito à pressa, sem visão estratégica, sem a definição de objectivos e metas claras e sem a participação de parceiros importantes e com meros propósitos eleitoralistas", refere o PS.

Numa nota de Imprensa do dia 30 de Dezembro, os socialistas questionam também a competência do Executivo demissionário de Santana Lopes para concretizar este plano.

"O Governo sabe que não tem competência para executar parte dele, nem estará em funções quando se tratar de o executar", acusa o PS.

Por estes motivos, os socialistas apelam ao Governo para que prepare a prevenção e combate aos incêndios "no quadro existente, sem preocupação de colocações de última hora de pessoas e sem manobras eleitoralistas".

"O eleitoralismo nesta área é criminoso", sublinham.

"Incapacidade, ineficácia, demagogia, desorientação e instabilidade permanente", foi assim que o PS classificou a actuação nesta área dos governos PSD/PP liderados por Durão e Santana.

PS/Algarve critica verbas para zonas ardidas

O PS/Algarve criticou o Governo por apresentar um plano integrado de desenvolvimento rural para as zonas ardidas em 2004 que "não traz nada de



novo" e cujo orçamento já estava previsto ao abrigo de outros programas. Em causa está o anúncio feito pelo ministro das Cidades, José Luís Arnaut, em Faro, de que estariam disponíveis 46 milhões de euros para ajudar as vítimas dos incêndios, ao abrigo do "Plano Integrado de Desenvolvimento Rural Alentejo/Algarve". O ministro revelou que cerca de 40 milhões de euros se destinam à revitalização da agricultura nas zonas ardidas em 2004, particularmente nas Serras do Caldeirão e Monchique e em Almodôvar.

Contudo, os socialistas consideram que

o plano agora apresentado corresponde a um "somatório puro e simples de medidas já existentes" e que apesar de disponibilizar recursos financeiros "não estimula o já frágil capital social existente, particularmente no sector florestal.

O PS afirma que a verba a ser distribuída ao abrigo do plano já estava prevista no programa regional PROALGARVE (40 por cento da verba), no programa nacional AGRO (52 por cento) e numa verba atribuída pelo Fundo Florestal Permanente para a prevenção e protecção da floresta contra incêndios (oito por cento).

BORBA**AUTARQUIA APROVA ORÇAMENTO DE 13 MILHÕES DE EUROS**

A Câmara Municipal de Borba aprovou as Grandes Opções do Plano e o Orçamento para 2005, no valor global de 13,2 milhões de euros.

A executivo autárquico do PS prevê concluir este ano o alargamento do jardim municipal, a construção do Parque Temático do Mármore e a recuperação do cine-teatro, obras que considera "importantes para o concelho".

A recuperação da cobertura do Palacete dos Melos e a sua adaptação a biblioteca é outra obra que o município pretende concluir em 2005.

Na área do desenvolvimento económico, a maioria socialista pretende iniciar este ano a construção das infra-estruturas da zona industrial do Alto dos Babelos.

O avanço do projecto de construção do Parque de Feiras e exposições e



Pavilhão de Eventos e a remodelação e ampliação do mercado municipal são outros projectos da autarquia. No plano desportivo, a aposta centra-

se na melhoria do parque desportivo, colocando um tapete de relva sintética no campo de futebol e construindo uma pista reduzida de atletismo.

ÉVORA**EDILIDADE AVANÇA COM ECOPISTA EM ANTIGA LINHA FÉRREA**

Um projecto para transformar a antiga linha férrea do Ramal de Mora numa ecopista é a futura aposta ambiental da Câmara Municipal de Évora, cujo executivo socialista anunciou, no passado dia 28 de Dezembro, a aprovação deste empreendimento.

De acordo com a autarquia, o projecto da ecopista desenvolvido pela REFER, no âmbito de um protocolo estabelecido entre as duas entidades, será realizado por fases, devendo arrancar no próximo ano e terminar em 2007.



Assim, a construção do primeiro troço da ecopista, entre Évora e Graça do Divor, iniciar-se-á em 2005.

As obras previstas para este ano incluem repavimentação, drenagens, cruzamentos, pontes, sinalização e local de partida do percurso, tendo continuidade em 2006, com a instalação de locais de estadia e iluminação, além da contenção de taludes, desobstrução de linhas de água e sinalização. Já para 2007 está prevista a intervenção no troço entre a Graça do Divor e a vila de Arraiolos.

VILA FRANCA DE XIRA**EXPOXIRA ARRANCA EM MAIO**

A Câmara Municipal de Vila Franca de Xira vai lançar uma feira de actividades económicas – "Expoxira" – que deverá ter a sua primeira edição em Maio próximo.

O evento resultará da parceria entre a autarquia, de gestão socialista, e as associações do Comércio, Indústria e Serviços dos Concelhos de Vila Franca de Xira e Arruda dos Vinhos (ACIS) e de Dinamização Empresarial (Adine), visando preencher uma lacuna no calendário de certames locais que se tem mantido por duas décadas, após as última Agrinxira.

"Parece-nos importante poder retomar uma iniciativa que existiu há alguns anos e que já teve grande importância em Vila Franca", venceu a presidente da autarquia, Maria da Luz Rosinha, adiantando que a "Expoxira" será relançada noutros moldes e poderá constituir um momento importante para as nossas empresas".
Sublinhando que esta feira de



actividades económicas tem vindo a ser estudada há cerca de dois anos, a edil socialista esclareceu ainda que a

ideia partiu das associações empresariais e que a câmara vilafranquense dará toda a colaboração.

VILA VIÇOSA**MIGUEL PATAÇÃO RODRIGUES É CANDIDATO DO PS À CÂMARA**

Os socialistas de Vila Viçosa concordaram em designar Miguel Patação Rodrigues candidato à presidência da Câmara Municipal de Vila Viçosa. Miguel Patação Rodrigues, militante do PS, é actualmente vereador da oposição em Vila Viçosa, de gestão CDU, e tinha sido já o cabeça de lista dos socialistas ao município nas últimas eleições autárquicas.

O candidato foi presidente da Câmara Municipal de Vila Viçosa, eleito pela APU e CDU, sempre com maioria absoluta, de 1980 a 1989.

Segundo a Comissão Política Concelhia de Vila Viçosa do PS, Patação Rodrigues "é o homem certo, com vasta experiência política, que muito já fez por Vila Viçosa no passado e que num futuro breve vai levar o nome desta vila ao lugar que merece".

O actual executivo do município de Vila Viçosa é composto por dois eleitos da CDU, dois do PS e um do PSD.

NÉLSON CORREIA CANDIDATO AO MUNICÍPIO DE PENAFIEL

Num disputado sufrágio interno, a Concelhia do PS de Penafiel escolheu Néelson Correia como candidato à presidência da câmara local nas próximas autárquicas de 2005.

Segundo o presidente da Concelhia de Penafiel, João Silva Almeida, o camarada Néelson Correia, actual vereador da câmara da oposição e deputado à Assembleia da República, "é um bom candidato, com vasta experiência na plano autárquico, que pode voltar a recuperar a câmara que o PS perdeu em 2001".

O líder da Concelhia destacou ainda "o clima de unidade em volta da candidatura de Néelson Correia", condição que considerou "fundamental" para uma vitória nas eleições autárquicas.

AVEIRO**URBANIZAÇÃO NO VELHO ESTÁDIO**

A Assembleia Municipal de Aveiro aprovou, com o voto favorável do PS, o Plano de Pormenor do Parque, que vai permitir urbanizar o antigo estádio Mário Duarte, no centro da cidade.

Este projecto imobiliário prevê para a zona desta velha infra-estrutura desportiva oito lotes para habitação, em construção de "pequena densidade", com rés-do-chão e mais quatro pisos, a preservação do relvado e o prolongamento da Avenida das Tílias, um espaço pedonal que atravessa o Jardim Infante D. Pedro.

O presidente da Câmara, o socialista Alberto Souto, defendeu o Plano de Pormenor do Parque por considerar que irá permitir construir uma zona de qualidade urbana, junto a equipamentos desportivos, escolares e lúdicos.



CORREIO DOS LEITORES

Esta rubrica designada "Correio dos Leitores" está aberta a todos os militantes que pretendam enviar-nos os seus pontos de vista sobre questões que considerem relevantes. A direcção do "Acção Socialista" reserva-se o direito de ajustar a dimensão dos textos em função do espaço disponível. Os endereços são: accasocialista@ps.pt ou, por correio normal, para Partido Socialista, Largo do Rato, 2 - 1269-143 Lisboa

Caro camarada director do "AS"

Há muito que tenho a presunção de pensar que falta ao "AS" uma página do género "Correio dos Leitores" neste caso "Correio dos Camaradas", possivelmente. Nesta página seriam publicadas cartas dos camaradas sobre os diversos assuntos da vida nacional, como economia, emprego, ensino, ambiente, entre outros, segundo a perspectiva de cada um. O jornal teria assim um motivo de interesse mais próximo do militante e não apenas os repetitivos artigos sempre dos mesmos autores, que levam os camaradas que recebem o jornal a dar uma vista de olhos aos títulos e atirá-lo no cesto dos papeis. Esta página "Correio dos Leitores" teria ainda o objectivo dos nossos camaradas dirigentes tomarem o pulso ao pensamento da sociedade civil, através dos militantes, que sem qualquer interesse de conquista de lugares, apenas pretendem dar uma modesta contribuição para a tomada de conhecimento dos problemas e como pensam as pessoas poderem ser resolvidos.

[...]

E, a propósito, constato que há assuntos que ainda parecem "tabu" na nossa sociedade informativa.

Como por exemplo a cultura de país de laser em vez de trabalho, com as casas de diversão nocturna a abrir à meia-noite até ao nascer do sol, onde os jovens se perdem em vez de estudar e praticar desporto ou trabalhar se tiverem idade para isso. Nenhuma casa é fechada por deixar entrar jovens (menores de 16 ou 17 anos) a qualquer hora da noite e consumir álcool, a lei se existe não é cumprida e pouco se fala disto. Na minha opinião um dos graves problemas do país. Vejam-se os horários de fecho das casas nocturnas e o cumprimento da lei em Inglaterra, por exemplo.

Outro problema que apenas agora começo a ouvir alguns comentadores de economia falar mais abertamente é sobre o futuro da Segurança Social e concretamente sobre a manutenção do pagamento integral das reformas, se não for corrigido o défice. Muito se fala do défice, mas relativamente ao presente e como arma de arremesso. Mas e relativamente ao futuro, quais as verdadeiras consequências?

Qual o impacto, no nosso futuro, da falta de natalidade e crescente desemprego originado com a abertura total de fronteiras? Como se pode incentivar o aumento demográfico e resistir à invasão dos produtos chineses? Estes são temas que gostaria de ver tratados nas páginas do nosso jornal "Acção Socialista" e os militantes anónimos poderão dar um bom contributo exprimindo o seu verdadeiro sentir, preocupações e esperanças sobre o futuro.

Orlando Brinca
militante nº 22.108

N. R. — Caro camarada, a Secção "Correio dos Leitores" já existe com carácter regular desde há vários anos, onde os nossos militantes têm vindo a escrever sobre os mais variados temas. Trata-se de um espaço livre de opinião, no qual gostaríamos de ter uma ainda maior participação dos camaradas. Escrevam-nos.

EU QUERO O MEU DINHEIRO DE VOLTA!

O mais recente episódio proporcionado por este moribundo Governo, relativo ao suplemento incluído em jornais nacionais e dedicado ao Orçamento do Estado para 2005, é verdadeiramente escandaloso. Tratou-se de uma atitude repugnante, irresponsável, demagógica e que, como é óbvio, constituiu uma acção de propaganda eleitoral com vista às próximas eleições legislativas. Vêm depois os "futuros ex-governantes", num tom quase sempre arrogante e ainda por cima trocista, dizer que o documento "visa esclarecer os cidadãos que pagam impostos e que têm direito a saber como esses impostos são gastos".

Ora, é aqui visível uma desconcertante tendência de certos políticos, normalmente os populistas e os demagógicos, usarem a voz do povo para justificarem determinadas medidas. Falam pelo povo, lêem o pensamento do povo, traçam, em nome do povo, o seu rumo e impõem, para bem do povo, os sacrifícios necessários. Este folheto de propaganda foi também, diziam eles, para esclarecer o povo, por este merecer e precisar de ser esclarecido! Contudo, como não gosto nada que falem por mim, gostaria de sublinhar aqui dois aspectos!

Em primeiro lugar, considero uma vergonha o facto de se gastar dinheiro público num folheto daqueles, independentemente do valor em causa. Uma coisa é o PSD e o PP conceberem e distribuírem, com os seus próprios dinheiros oriundos das quotas dos seus militantes ou do bolso dos seus apoiantes, um folheto de propaganda eleitoral. É natural e até salutar que assim seja, para que o povo exerça o seu voto em consciência. Outra coisa totalmente diferente é a utilização dos dinheiros públicos, do dinheiro que é de todos e que é escasso, para os mesmos fins eleitorais. É inaceitável que assim seja! Este acontecimento vai muito além daquilo que poderemos considerar razoável e só se compreende quando levado a cabo por um conjunto de pessoas incompetentes, irresponsáveis, sem um pinga de ética política e completamente desesperadas, ao verem o poder a fugir-lhes das mãos.



LUIS MIGUEL FERREIRA

Em segundo lugar, temos o custo do tal documento. Dizia o ministro das Finanças que estávamos a falar de um montante pouco significativo, fazendo passar a ideia que se tratava de uns míseros 100 mil euros. Porque a questão está em saber no que poderia ser feito com os mesmos 100 mil euros. É disso que estamos a falar: no que deixou de se fazer para que o PSD e o PP pudessem desenvolver esta acção de propaganda eleitoral. Deixo apenas um exemplo que, podendo ser demagógico, não deixa de ser real. Esse valor daria para pagar o salário mínimo nacional a 266 pessoas, já com o aumento de 9 euros e 10 cêntimos previsto para 2005. Trata-se, portanto, de um episódio da vida política portuguesa absolutamente degradante! E fazendo alusão ao próprio folheto de propaganda, onde se refere que cada português paga como contribuinte, em média, mais de 3 mil euros anuais, eu queria protestar publicamente pelo facto de terem usado parte dos meus impostos para pagar o tal folheto de propaganda! Tenho, portanto, o direito de querer o meu dinheiro de volta! Bem, mas ter esse direito, não faz com que mo devolvam. É pena!

A EDUCAÇÃO: OS DECISORES E O FUTURO

A situação catastrófica da nossa Educação é fundamentalmente devida:

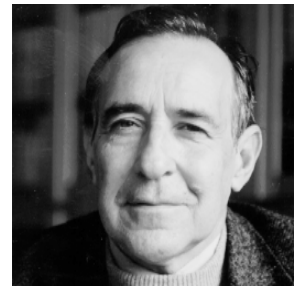
1. A decisões erradas tomadas ao longo de anos por decisores políticos. Estas decisões têm sido intermitentes e algo pontuais, mas a fragilidade do nosso sistema educativo e o seu carácter altamente centralizado (sem estruturas intermédias de resistência) faz com que tenham efeitos muito duradouros.
2. À longa série de responsáveis que passaram pelo sector da Educação onde tiveram a oportunidade de tomar decisões benéficas para o sistema mas que o não fizeram, ou por não terem qualquer ideia do que havia a fazer, ou por estarem afogados por problemas imediatos e pontuais. (Penso ser, por exemplo, o caso da actual ministra do Ensino Superior e da Ciência).

A isto sobrepe-se um nevoeiro que a Comunicação Social não tem sido capaz de afastar e que impede o país de ver que o problema da Educação é, fundamentalmente, o dos decisores. No meio deste nevoeiro há quem, sem se dar conta, lance areia para o ar, que depois lhe cai nos próprios olhos e nos dos outros.

Quando, no decorrer do recente I Congresso da Democracia Portuguesa promovido pela Associação 25 de Abril, Maria de Belém Roseira apresentou as conclusões do painel sobre Desenvolvimento que coordenou, pareceu-me, na altura, estar a transmitir um apelo para que se aumentassem os investimentos financeiros na Educação. Não terá sido exactamente o caso. Se tivesse sido, teria estado a lançar para o ar areia que, ao cair-nos nos olhos, só podia servir para não vermos o que é fundamental.

Os investimentos na Educação em Portugal, nos últimos 30 anos, têm sido mais ou menos semelhantes e, nalguns casos, até superiores aos da generalidade dos outros países europeus. Não é, portanto, pela via do aumento dos investimentos que podemos resolver o gravíssimo problema da Educação em Portugal.

Pensar só nos investimentos ao pensar na Educação é



ANTÓNIO BROTAS

fechar os olhos e, nalguma medida, desviá-los da questão central para que é necessário olhar: para o problema das decisões dos decisores (e para a falta delas, e para o modo como, tão frequentemente, são desperdiçados os contributos enviados de baixo, ao ponto de aqueles que o podiam fazer quase terem desistido).

O I Congresso da Democracia Portuguesa organizado pela Associação 25 de Abril foi um êxito francamente interessante, agradável e enriquecedor, mas a sua validade futura fica a depender das suas conclusões serem encaradas, não como fórmulas estáticas, mas como bases de partida para a procura de soluções e de caminhos. Por ser este o meu desejo, publico este texto.

Quase certamente o PS vai ganhar as próximas eleições. Não no imediato, mas a médio prazo, o problema central da Educação vai ser, assim, o de se saber se o PS consegue assegurar que os futuros gestores (decisores) políticos no campo da Educação: 1 - Dêem garantias de não cometerem erros do tipo 1 atrás referido; 2 - Sejam capazes de tomar algumas decisões acertadas do tipo 2, e saibam ouvir e aproveitar sugestões que lhe sejam transmitidas.

Como militante do PS sinto-me responsável.

Agenda

SECRETÁRIO-GERAL

13 de Janeiro – 13h00

José Sócrates participa num almoço de trabalho com as Câmaras de Comércio, em Lisboa.

14, 15 e 16 de Janeiro

O secretário-geral do PS preside ao Fórum "Novas Fronteiras", no pavilhão de Portugal, em Lisboa, que abordará os temas "Uma agenda de crescimento para a próxima década" e "Novas políticas sociais para o século XXI".

17 de Janeiro

Reunião sobre igualdade

18 de Janeiro

Reunião com desportistas

28 de Janeiro

Jantar/comício em Ponta Delgada

29 de Janeiro

Jantar/comício em Vila Franca de Xira

30 de Janeiro

Almoço/comício em Lamego

17 h – Comício em Vila Real

21h30 – Comício em Bragança

31 de Janeiro – 21h00

Comício em Viana do Castelo

COMISSÃO NACIONAL

21 de Janeiro

Reunião da Comissão Nacional para aprovação do programa de Governo.

NOVAS FRONTEIRAS

14 de Janeiro

Fórum temático "Novas Fronteiras" sobre "Uma agenda de crescimento para a próxima década",

no Pavilhão de Portugal – Parque das Nações, em Lisboa.

14h30 – Abertura da primeira sessão

14h40 – Um cenário macroeconómico para os próximos quatro anos

15h40 – Capital humano e mudança tecnológica na Irlanda: que lições podemos aprender?

16h40 – Paineil 1 – A revisão do PEC: da revisão desejável à revisão possível

17h40 – Paineil 2 – Um novo processo orçamental para a estabilidade das contas públicas

14 de Janeiro – 21h30

Fórum temático Novas Fronteiras sobre "Políticas sociais mais próximas dos cidadãos – Educação, Emprego e Formação Profissional", no Hotel Tuela, Porto.

15 de Janeiro

Continuação do fórum temático Novas Fronteiras sobre "Uma agenda de crescimento para a próxima década", no Pavilhão de Portugal – Parque das Nações, em Lisboa.

10h00 – Segunda Sessão: Como competir na globalização?

10h45 – Novos modelos e um novo ambiente de negócios

12h15 – Reformas estruturais e ajustamento orçamental em Espanha: o que devemos reter?

14h30 – Terceira Sessão: O que explica a diferença de produtividade entre países?

15h15 – O papel do capital humano no crescimento da economia

16h00 – Uma agenda de crescimento para Portugal

17h00 – Sessão de Encerramento presidida por José Sócrates

16 de Janeiro

Fórum temático Novas Fronteiras sobre "Novas políticas sociais para o século XXI", no Pavilhão de Portugal – Parque das Nações, em Lisboa.

10h00 – Sessão de abertura presidida por José Sócrates

10h30 – Tema I: Emprego e protecção social

12h00 – Tema II: Exclusão social, igualdade e cidadania

14h30 – Tema III: Coesão social –

Responsabilidade do Estado e o papel das ONG

17h00 – Conclusões

19 de Janeiro – 21h00

Sessão pública do fórum "Novas Fronteiras" sobre os "Novos desafios da política cultural".

22 de Janeiro – 10h00

Apresentação do Programa de Governo do PS no âmbito do fórum "Novas Fronteiras".

FEDERAÇÕES

14 e 15 de Janeiro

No âmbito do Fórum "Novas Fronteiras", a Federação de Vila Real do PS vai realizar nos dias 14 e 15 de Janeiro, nas cidades de Vila Real, Chaves e Régua, um conjunto de debates tendo por mote "Vencer a Interioridade", com a participação de quadros do partido e de membros da sociedade civil do distrito.

14 de Janeiro

A Federação de Braga organiza, ao nível distrital, um encontro no âmbito do Fórum "Novas Fronteiras" sobre "A saúde como factor de desenvolvimento. Da saúde que temos... à saúde que queremos".

SUGESTÕES

por LUIZ FAGUNDES DUARTE

UM PARLAMENTO DEPOIS, FOI O QUE SE VIU...

Agora que nos preparamos para eleger uma nova Assembleia da República – da qual se espera que, ao contrário da que acaba de ser dissolvida pelo Presidente da República, dê um contributo decisivo para a resolução dos grandes problemas que corroem o nosso País e que a direita do "é faltar vilanagem!" transformou em verdadeira catástrofe –, vale a pena deixar aqui, para que sobre ela meditemos, uma descrição que António Sérgio fez do nosso Parlamento, em 1929, e que encontramos numa das suas "Notas de Política":

«Nesse dia, poucos deputados compareceram na Câmara. Eu via-os de lado, e de cima. Logo me pareceu o anfiteatro, com as filas concêntricas das escrivaninhas e as linhas concêntricas dos seus degraus, uma série de costeletas

depois de servidas, mostrando pendentes aqui e além uns pedaços de carne não esburgada, que seriam os ilustres Pais da Pátria, a lembrarem no todo da sua atitude a agonia de uma ceia de carnaval, às primeiras horas do amanhecer. Erguia-se do fundo daquela modorra, por sobre o livor das paredes da sala – o vário rumor das conversações. A galeria dos espectadores, em cima, vizinha do tecto, dominava o recinto dos representantes com as bancadas curvas quase vazias, assim como um sector de praça de touros antes de os lugares se começarem a encher. Nos deputados, nenhuma compostura de vestuário, nem de atitudes, nem de expressão. Na imagem brumosa que me ficou da Câmara, destaca-se um vulto de sobretudo



alvadio, todo espapado sobre o seu banco, com a expressão de tédio de um burguês mole, extenuado, exangue, no morrer sonolento de alguma orgia. De perna estendida com ar de enjoo, encara de pálpebras semicerradas os seus colegas legisladores, dos quais alguns se mantêm sentados, outros em pé ou deambulando, muitos a falar do que lhes apetece e a abafar a voz do orador que ora – e que ninguém ouve, nem quer ouvir, nem se sabe onde está, nem o que é que nos diz.» [António Sérgio, *Ensaio*, III. Lisboa: Clássicos Sá da Costa, Nova Série, 1980, 2.ª ed., p. 170]

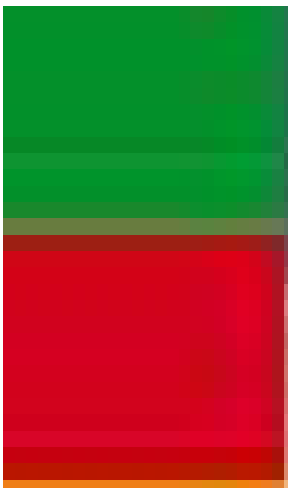
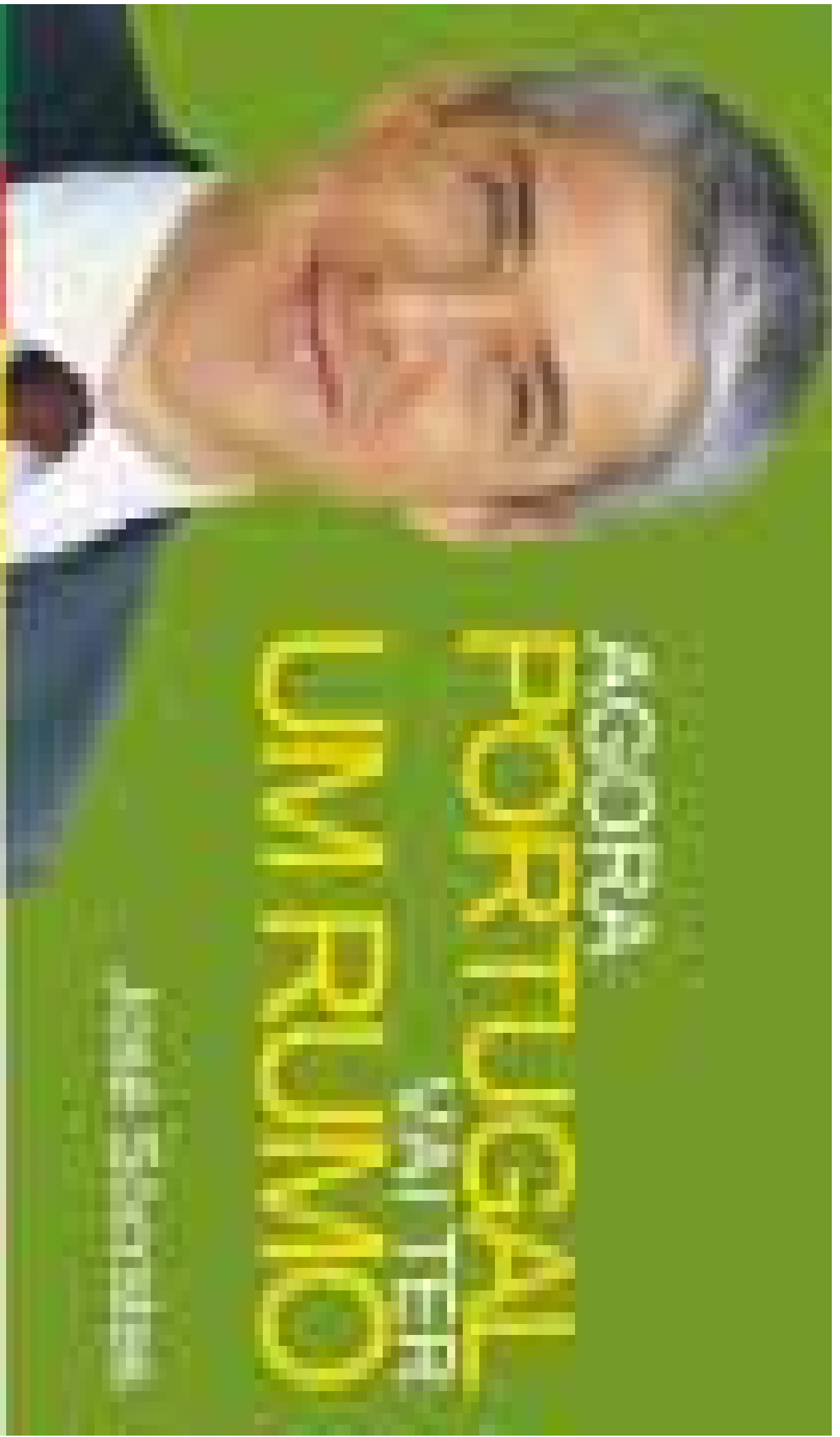
Estávamos, então, em vésperas de inauguração do Estado Novo de Salazar. A sala do Plenário era assim, e eram assim os deputados. Depois, foi o que se viu...

Accção
Socialista

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

DIRECTOR Augusto Santos Silva | DIRECTOR-ADJUNTO Silvino Gomes da Silva silvino@ps.pt | REDACÇÃO J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt; Mary Rodrigues mary@ps.pt; P. Pisco ppisco@ps.pt | SECRETARIADO Virginia Damas virginia@ps.pt
PAGINAÇÃO ELECTRÓNICA Francisco Sandoval francisco@ps.pt | EDIÇÃO INTERNET José Raimundo; Francisco Sandoval
REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXPEDIÇÃO Partido Socialista; Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33
DEPÓSITO LEGAL Nº 21339/88 | ISSN: 0871-102X | IMPRESSÃO Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

w w w . p s . p t / a c c a o



THE
DORRINGTON
JUNIOR HIGH

